



Economia Solidária e Processos Psicossociais: autogestão, autonomia e solidariedade em construção

Ricardo Augusto Alves de Carvalho¹

Ana Rita Castro Trajano²

“Inventando a primeira relação de solidariedade, reconhecendo o outro enquanto outro e enquanto semelhante, esses seres podem se reconhecer como irmãos. E essa invenção é a consequência de sua reunião. Eles retornaram juntos: preparando o complô, eles se descobrem irmãos”... (ENRIQUEZ, 1999:31)

¹ Professor adjunto do Departamento de Psicologia/Universidade Federal de Minas Gerais(UFMG). Doutor em Sociologia pela Universidade Paris VII; Coordenador do Núcleo de Estudos Sobre o Trabalho Humano – NESTH – UFMG.

² -Professora Assistente do Departamento de Psicologia/ UFMG. Pesquisadora do NESTH/UFMG. Mestre em Psicologia Social pela UFMG; Especialização em Psicologia Comunitária pela UFPb (Universidade Federal da Paraíba).

INTRODUÇÃO

O presente artigo toma como base “pesquisas – ações” (ou, “ações – pesquisas”) desenvolvidas no campo da Socio- Economia Solidária e Autogestão³. Buscando-se uma abordagem multidimensional, elege-se como foco a dimensão psicossocial dos processos em andamento, não deixando de estabelecer relações com as demais dimensões, considerando sempre a interdependência e complementariedade entre elas⁴. Neste sentido, o texto se estrutura em 4 partes:

1) Trabalho e Identidade: trabalho como categoria fundante do sujeito

2) Sócio - Economia Solidária, Autogestão e Autonomia :

2.1) Sócio - Economia Solidária e Autogestão em movimento

2.2) Autonomia e Autogestão – breves considerações

2.3) Estudos e pesquisas no campo em discussão

3) Compreensão praxiológica dos processos em andamento: o *sentido vivido* da experiência de construção de novas relações de trabalho - análise das categorias propriamente ditas

3.1) “Chão de Fábrica” X Administração: a problemática entre a produção e a gestão

³ Refere-se aqui ao Grupo de Pesquisa em Economia Solidária e Autogestão do Núcleo de Estudos Sobre o Trabalho Humano – NESTH – UNITRABALHO -UFMG , coordenado por Ricardo Augusto Alves de Carvalho, com a participação de alunos de graduação e pós , envolvendo organizações/agentes da sociedade civil e governo, formado desde o 1º semestre de 2000. O campo de pesquisa tem se ampliado ao longo da experiência, sendo inicialmente constituído por empreendimentos de autogestão, do ramo metalúrgico.

⁴ Cf. TRAJANO, Ana Rita C. (2002) **Trabalho e Identidade em novas configurações socioprodutivas: autogestão, autonomia e solidariedade em construção**. UFMG/FAFICH – Mestrado de Psicologia. (Dissertação); TRAJANO, Ana R C. (2003) **Identidade e Trabalho Autogestionário**. In A outra Economia. Antônio David Cattani (Org.) Veraz Ed., Porto Alegre; CARVALHO, Ricardo. **Sustentabilidade: princípios**. In A outra Economia, op. cit. CARVALHO, R. & TRAJANO, Ana. **Tabalho, Globalização e Desenvolvimento Sustentável: um enfoque psicossocial das transformações no mundo do trabalho**. In Psicologia Social e Direitos Humanos. ABRAPSO, Edições do Campo Social, BH, 2003.

3.2) Cooperativismo e União

3.3) Trabalho Cooperativo, Liberdade e Responsabilidade

3.4) Dinheiro e Lucro

3.5) Cooperativa e Mercado

4) Heteronomia – Autonomia - Liberdade

1) Trabalho e Identidade: trabalho como categoria fundante do sujeito

1.1) Identidade como construção/processo de identificações múltiplas

*“A identidade é uma expressão subjetiva e se refere a tudo aquilo que é **vivenciado como eu em resposta à pergunta ‘quem és’**, sendo apreendida através da representação de si mesmo (...) **múltiplos personagens** que ora se conservam, ora se sucedem, ora coexistem, ora se alternam, mas com **aparência unívoca e estável**”.*(JACQUES, 1997)

Tomando a identidade como **processo de construção**, referenciamo-nos em ENRIQUEZ (1994), quando contrapõe à noção de identidade como permanência através do tempo/ referências seguras, unidade/coesão totalizante, similaridade/ identificação do outro como classe, gênero, espécie; afirmando que essas *“idéias são abaladas pela investigação psicanalítica”*, quando FREUD coloca a questão das *“identificações múltiplas temtantâneas”*, em *“Psicologia de grupo e análise do ego”*. Nas palavras de FREUD (1976):

“Cada indivíduo é uma parte componente de numerosos grupos, acha-se ligado por vínculos de identificação em muitos sentidos e construiu seu ideal do ego segundo os modelos mais variados. Cada indivíduo, portanto, partilha de numerosas mentes grupais - as de sua raça, classe, credo, nacionalidade, etc - podendo também

elevant-se sobre elas, na medida em que possui um fragmento de independência e originalidade”... (FREUD, 1976)

A partir daí podemos entender **identidade como construção**, e como nos diz ENRIQUEZ (1994):

“ toda construção , por definição, necessita do trabalho do tempo (...) Se não esquecermos que o processo identificatório está em ação durante toda a vida e que ele é o único que permite ao indivíduo continuar vivo, portanto capaz de se afirmar diferentemente de como o fez no passado, então é possível questionar, em sua pureza, a idéia de permanência e de constância. Nunca sabemos de maneira precisa, no momento em que falamos, quem está falando e porque falamos dessa maneira”.

Como salienta JACQUES (1997), ao desenvolver o **verbo Identidade e Trabalho**,

“a própria etimologia da palavra remete a idem, do latim, o mesmo. No entanto, o conceito de identidade como é, frequentemente , focado pela literatura implica processualidade, metamorfose(...) Sob esse enfoque, a identidade é um constante ‘estar sendo’ , embora se represente com aparência de ‘ser’(...) É um conceito cujo entendimento exige superarem-se dicotomias, pois sua compreensão envolve, ao mesmo tempo, o igual e o diferente, o permanente e o mutante, o individual e o coletivo”.

Hoje essa noção de identidade se amplia, constituindo-se num campo de debate inter/transdisciplinar. Assim indicamos alguns autores que vão nos ajudar a melhor contextualizar a *questão identitária* na contemporaneidade e que serão nossa referência – guia: SOUSA SANTOS (1999), CASTELLS (1999); HALL (2000); além de ENRIQUEZ (1994, 1999) & CARVALHO (1995, 2000), COSTA (1989), CIAMPA (1984), ROLNIK (1989) & GUATTARI (1981). Interessa-nos, em especial, no pensamento destes autores, os

argumentos em que desenvolvem a noção de *jogo identificatório*, ao enfatizarem a questão da multiplicidade de identificações, dos marcos identificatórios mutáveis ao longo da vida; assim como a importância de situarmos este processo de construção identitária no que tange às relações de poder hoje na sociedade/ cultura contemporânea. Vale aqui sublinhar o que escreve SOUZA SANTOS (1999):

“Sabemos hoje que as identidades culturais não são rígidas nem, muito menos, imutáveis. São resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação. Mesmo as identidades aparentemente mais sólidas, como a de mulher, homem, país africano, país latino-americano ou país europeu, escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidades em constante processo de transformação, responsáveis em última instância pela sucessão de configurações hermenêuticas que de época para época dão corpo e vida a tais identidades. Identidades são, pois, identificações em curso. Sabemos também que as identificações, além de plurais, são dominadas pela obsessão da diferença e pela hierarquia das distinções. (...) É, pois, crucial conhecer quem pergunta pela identidade, em que condições, contra quem, com que propósitos e com que resultados.”

Ainda ressaltamos as colocações de CASTELLS (1999) quando **diferencia identidade de papéis**, enfatizando **a questão da identidade como fonte de significado**:

“é necessário estabelecer a distinção entre a identidade e o que tradicionalmente os sociólogos têm chamado de papéis, e conjuntos de papéis. Papéis (por exemplo, ser trabalhador, mãe, vizinho, militante socialista, jogador de basquete, frequentador de uma determinada igreja e fumante, ao mesmo tempo) são definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da

sociedade. A importância relativa desses papéis no ato de influenciar o comportamento das pessoas depende de negociações e acordos entre os indivíduos e essas instituições e organizações. Identidades, por sua vez, constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas, e construídas por meio de um processo de individuação. Embora, (...) as identidades possam também ser formadas por instituições dominantes, somente assumem tal condição quando e se os atores sociais as internalizam, construindo seu significado com base nessa internalização. Na verdade, algumas autodefinições podem também coincidir com papéis sociais, por exemplo, no momento em que ser pai é a mais importante autodefinição do ponto de vista do ator. Contudo, identidades são fontes mais importantes de significado do que papéis, por causa do processo de autoconstrução e individuação que se envolvem. Em termos mais genéricos, pode-se dizer, que identidades organizam significados, enquanto papéis funções. Defino **significado** como a identificação simbólica, por parte de um ator social, da finalidade da ação praticada por tal ator”.

No âmbito das relações de poder, CASTELLS (1999) nos apresenta uma outra análise ao situar o contexto em que estas identidades são construídas, propondo uma distinção entre três formas e origens no processo de construção das mesmas, senão vejamos:

“ . **Identidade legitimadora:** introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais(...).

. **Identidade de resistência:** criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo assim, trincheiras de resistência e

sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos (...)

*. **Identidade de projeto:** quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social. Esse é o caso, por exemplo, do feminismo, que abandona as trincheiras de resistência da identidade e dos direitos da mulher para fazer frente ao patriarcalismo, à família patriarcal e, assim, a toda a estrutura de produção, reprodução, sexualidade e personalidade sobre a qual as sociedades historicamente se estabeleceram.”*

Com esta distinção de formas e origens de construção de identidades, podemos aprofundar nossas questões sobre os processos identitários de sujeitos trabalhadores em experiências de autogestão. Vamos interrogar, dentro de nossa investigação, se a identidade em processo de construção por estes sujeitos trabalhadores pode ser caracterizada como uma *identidade de resistência*, em oposição à uma *identidade legitimadora* introduzida pela “*cultura da empresa*” (ENRIQUEZ, 1994).

Tendo procurado introduzir, mesmo que de forma breve, uma discussão interdisciplinar sobre a identidade como construção/ processo de identificações múltiplas, podemos agora ainda tentar afunilar nossa temática central, na tentativa de compreender o lugar do trabalho neste jogo identificatório e neste processo de “*identificações em curso*” (SOUZA SANTOS, 1999) de sujeitos trabalhadores.

1.2) Articulação entre trabalho e identidade

Neste momento vamos discutir com autores que abordam especificamente esta relação - trabalho e identidade - (ENRIQUEZ, 1999; COSTA, 1989) em textos que nos parece referência para a compreensão desta problemática.⁵

Abordaremos, pois, a articulação entre trabalho e identidade, já que o nosso interesse maior se situa num *campo de lutas da classe- que -vive -do -trabalho* (ANTUNES, 2000), objetivando a **defesa e recriação do trabalho numa conjuntura de precarização e desvalorização do trabalho pelo capital**. Já ENRIQUEZ (1999) nos estabelece esta articulação entre trabalho e identidade ao descrever e explicar o processo de **inserção social** que a entrada no mundo do trabalho possibilita. Ressaltando as características do capitalismo contemporâneo, que ao priorizar o financeiro vai indicar, cada vez mais, uma *“tendência a considerar os homens como objetos eminentemente substituíveis, atendo-se apenas aos problemas financeiros”*. Segundo o autor, este excesso de importância atribuído ao capital financeiro provoca em nossa civilização, *“o desenvolvimento da perversão social, ligada ao desenvolvimento da psicologização do problema”*.

Assim, a perversão social significa a *“tendência a considerar os homens como objetos eminentemente substituíveis, atendo-se apenas aos problemas financeiros”*, estando esta ligada à *psicologização*, o que equivale dizer, nas palavras de ENRIQUEZ (1999) que:

“Poderão permanecer na empresa apenas aqueles que são considerados de excelente performance. Vocês sabem muito bem o que isso quer dizer, performance e excelência. Isso remete às pessoas ditas vencedoras. São aquelas que matam de maneira tranquila, sem dó, ‘fritando’ o semelhante, um outro profissional. Mata-se de verdade e a pessoa lesada não tem idéia, nem tem a impressão de que querem matá-la. Isso é psicologização, na medida em que, se alguém não consegue conservar o seu trabalho, fala-se tranquilamente: ‘mas a culpa é sua, você não soube se adaptar, você não soube fazer esforços necessários, você não teve uma alma

⁵- Aqui estamos nos referindo em especial aos textos “Perda do trabalho, Perda da identidade” (Enriquez, 1999); “Psicanálise e Contexto Cultural” (Costa, 1989)

de vencedor, você não é um herói'. Isso quer dizer que é preciso ser um herói num cavalo branco para ganhar as coisas ou as guerras. Então, a psicologização quer dizer: 'você é culpado e não a organização da empresa ou da sociedade. A culpa é só sua'. Isso culpabiliza as pessoas de modo quase total, pessoas que, além disso, ficam submetidas a um estresse profissional extremamente forte. Então as empresas exigem daqueles que permanecem um devotamento, lealdade e fidelidade, mas ela não dá nada em troca. Ela vai dizer simplesmente: 'você tem a chance de continuar, mas talvez você também não permaneça.' (...) As pessoas estão cada vez menos inseridas no tecido social"...

Neste cenário, desfavorável para o trabalho e o trabalhador, acentua-se a ausência de “*horizonte de temporalidade*”, e assim, a ausência de projetos ; provocando um “*desfiliamento*” social - “*não estamos mais afiliados uns aos outros e, em certa medida, a visão coletiva desaparece (...) nós nos sentimos inúteis, não sabemos mais como ser cidadãos*”... (ENRIQUEZ, 1999)

A finalização deste texto de ENRIQUEZ (1999) é esperançosa, em suas palavras:

*... “estamos no início da história. Estamos em um momento em que não temos mais ideologias que nos protegem ou que nos dizem o que fazer. Diria, no entanto, que é preciso sempre ler Marx. E se o socialismo real- não estou dizendo o marxismo- levou a catástrofes, o ultraliberalismo também leva a catástrofes (...) devemos construir o mundo inventando e imaginando novas perspectivas(...) **podemos pensar em outras formas de organização do trabalho, nas quais os indivíduos não estejam, simplesmente, em um trabalho repetitivo, mas nas quais eles possam ter uma certa autonomia e uma certa possibilidade de decisão ..**”*

Vemos nesse sentido, em ENRIQUEZ (1999) um novo humanismo, a reinvenção do coletivo, o reencontro com a dimensão histórica dos seres humanos - e aí não termina a nossa reflexão, do contrário somos incitados a aprofundarmos o debate.

Ainda uma outra abordagem sobre Trabalho e Identidade, COSTA (1989), aponta a importância da vida laboral no processo de construção identitária das classes trabalhadoras. Salientamos como importante neste estudo o fato de que o trabalho significa para os sujeitos trabalhadores como “*definidor por excelência do humano*”, poderíamos dizer, assim, como marco identificatório central na formação de sua “*identidade psicológica*”.

Segundo o autor,

*“o conflito identificatório, sede do sofrimento subjetivo, só se traduz em **perturbação psíquica** quando a área da identidade atingida é a identidade psicológica. A escolha deste termo deveu-se apenas a seu uso tradicional. Pouco importa ele ou outro. O importante é notar que a **identidade psicológica** diferencia-se dos demais sistemas identitários por se apresentar ao sujeito como aquilo que não é apenas o atributo do **meu eu** ou de **alguns eu**, mas o traço identificatório comum a **todos os eu**. Em outras palavras, é o sistema de representações que se mostra à consciência do sujeito como um predicado universal e genérico, definidor por excelência do humano”.*

Neste estudo, podemos observar as queixas dos sujeitos trabalhadores em relação às queixas dos homens de classe média e de profissões intelectuais - evidencia-se, neste confronto, que estas não se centram em questões de sexo, afeto, vida íntima, relações amorosas; para esses sujeitos das classes trabalhadoras, o trabalho aparecia sempre como a origem de “sua doença”, conforme nos diz COSTA (1989):

*... “ sempre que pedíamos que procurassem falar um pouco de suas vidas, o que emergia espontaneamente era o relato da trajetória profissional ou os percalços da vida laborativa. A **doença dos nervos** estava sempre relacionada com o trabalho: desentendimento com colegas ou patrões; má remuneração;*

condições de trabalho difíceis; ameaça de desemprego ou o próprio desemprego, etc.(...) Nosso intuito é mostrar que o imenso relevo dado à sexualidade diminui de importância quando deixamos o espaço cultural das elites e entramos no universo da classe trabalhadora masculina”...

Em estudos e pesquisas no campo da Saúde Mental e Trabalho, CARVALHO (1995) também aborda a temática da construção da identidade subjetiva, enfatizando que “*a estruturação de identidade subjetiva se dá historicamente, assim como o trabalho é uma formação histórica, a identidade psicológica dos indivíduos alicerça-se nas relações de trabalho*”. Tomando a *subjetividade como instrumento de conhecimento*, aponta-se o *espaço grupal* como “*o locus privilegiado da produção subjetiva dos trabalhadores*”, considerando que

“é no processo grupal, no coletivo dos trabalhadores, nas trocas subjetivas, que se viabiliza a construção de um projeto, que foi obstaculizado pela Organização do Trabalho. O grupo assim configurado pode propiciar a emergência do ser sujeito, enquanto no mundo laboral só há espaço para o ser trabalhador. Ser trabalhador desponta como único elemento identificatório possível, marcado pelo padecimento nesta forma de existir. Queremos aqui afirmar a identidade psicológica alicerçada no traço identificatório trabalhador. No grupo, opera-se a nomeação do sofrimento que serve de veículo à subjetividade. É dado significado ao que ocorre, configura-se um campo possível de elaboração de um saber do trabalhador sobre si mesmo: o sujeito emerge e expressa-se numa diferença, ele não é mais apenas o ser do trabalho ou, ainda, ele pode construir um saber que o localize, no repensar e sentir a própria identidade profissional e social”.

Tendo como referência estas orientações teórico-metodológicas, ou seja, trabalho e identidade como construções/ processos históricos que se inter-conectam e inter-relacionam dialeticamente; o grupo surge, então, como espaço privilegiado da produção subjetiva dos trabalhadores e, se assim podemos dizer, como instrumento privilegiado de pesquisa sobre a *subjetividade e processos identitários*. A partir deste pressuposto, buscamos construir uma metodologia que **articula a realidade objetiva da organização autogestionária do trabalho com a produção subjetiva dos trabalhadores**. Neste sentido, procuraremos o que pode se expressar através de seu discurso nos espaços grupais constituídos paralelamente à Organização do Trabalho nos empreendimentos soioeconômicos em estudo, construindo uma proposta de abordagem dos grupos, a qual denominamos **Oficinas de Autogestão**.

De outro lado, buscaremos também a “*conversa ao pé da máquina*” (CARVALHO, 2000) propondo como instrumentos de pesquisa três modalidades “interativas e interagentes” (e aqui há uma convergência com a Pesquisa - Ação- Participante):

... “fomos buscar na ‘observação de campo’, na ‘análise do sujeito sobre sua própria atividade e na ‘conversa ao pé da máquina’, modalidades interativas e interagentes, subsídios para consubstanciar um campo interpretativo válido que não incorresse somente na coleta de ‘percepções’ dos sujeitos em questão. A observação de campo, assim como a conversa ao pé da máquina, permitem como modalidades flexíveis e dinâmicas, a apreensão, por exemplo do ‘tácito’, de acordos informais etc., ou seja, daquilo que não é diretamente apreendido por outras perspectivas metodológicas. Em todo caso o centro do interesse é o sujeito enquanto produtor ativo do ‘sentido’ de sua práxis laboral.”

Ainda em CARVALHO (2001) ⁶, que aborda a centralidade do trabalho em processos de cooperação e autogestão. Assim nos situa com relação ao ***direito à existência social***, uma demanda dos considerados “excluídos” pela sociedade atual, ao mesmo tempo que assinala a questão do trabalho como fundante da identidade psicossocial:

*“ Vemos , apesar de tudo, neste novo contexto, que o trabalho não desapareceu e ressurge forte em **novas configurações socioprodutivas**, reafirmando a sua centralidade na dinâmica societal, como nucleador dos processos de construção da identidade social e no estabelecimento dos vínculos de natureza também social (...) o trabalho continua sendo fundante em termos dos papéis sociais representativos do ‘eu’. É portanto, aquilo que eu faço e a partir do que eu faço que eu posso então me construir como pessoa ou como sujeito social, o que evidencia a importância do homo-faber no mundo contemporâneo.”*

E assim introduzimos uma questão essencial para a prática e a pesquisa psicológicas, pois ao articularmos trabalho e identidade, chamamos a atenção para uma categoria bastante esquecida neste campo do conhecimento - a categoria trabalho.

1.3) Trabalho como uma categoria fundante na constituição do sujeito: desconstruindo a clivagem entre clínica e trabalho

Constatamos, desta forma, que o trabalho emergindo como parte da história de vida do sujeito na prática clínica, é uma novidade no mundo “psi”, mundo este tão acostumado a negar a *escuta* dessa parte da história, reduzindo o trabalho a apenas “*uma área de aplicação*” de seus saberes/poderes.

⁶ Texto apresentado no II Seminário Internacional UNIVERSIDADE, TRABALHO E TRABALHADORES e publicado em livro “Globalização, Trabalho e Desemprego” (2001) contendo as produções dos autores naquele Seminário. Título do texto: “Reconfigurações de perfis entre os processos de inserção, ‘desinserção’ e reinserção dos (novos) sujeitos trabalhadores”.

Essa discussão tem se aprofundado em estudos e pesquisas, tanto no campo da Psicossociologia do Trabalho (Enriquez 1994/1999 ; Carvalho 1999/2000) como no da Psicopatologia do Trabalho e/ou Saúde Mental e Trabalho (Dejours 1992/1994/1999; Carvalho 1995; Lima 1996/1998 ; Codo 1995/ 1999; Costa 1989), assim como no campo da Psicologia Social do Trabalho (Sato & Mello 1998).

Tendo abordado, no presente texto, questões que envolvem todos esses campos, ressaltamos a necessidade de se ampliar o debate, especialmente no Brasil, contribuindo para a implementação de mudanças na formação (currículo) e profissão de Psicologia.

O trabalho como categoria fundamental para a prática clínica, é especialmente, considerado por DEJOURS (1999) ao descrever as relações de interdependência entre **trabalho e fora do trabalho**. Assim nos chama atenção para a impossibilidade de fazermos uma distinção entre esses dois setores da existência, tanto do ponto de vista psicológico, como do sociológico:

“Na verdade, para suportar as pressões do trabalho, a pessoa é obrigada a munir-se de estratégias defensivas. Mas essas estratégias defensivas transformam seu funcionamento psíquico, dando-lhe certa forma. A pessoa não apresenta esse funcionamento psíquico apenas no lugar em que trabalha, mas também o leva para fora do trabalho. Não se deixa o funcionamento psíquico como se deixa a roupa no vestiário. Não se pode cortar o funcionamento psíquico em dois. As pressões do trabalho conduzem, portanto, à elaboração de estratégias defensivas, que a pessoa transporta para a sua vida privada. (...) A família é assim convocada nas exigências psíquicas de quem trabalha.”

A partir daí aponta o trabalho em turnos como exemplo de uma situação que convoca a cooperação dos familiares, o que muitas vezes não se realiza causando uma desorganização da vida familiar, como até mesmo o rompimento/divórcio entre marido e mulher. Se ao analisarmos a situação não consideramos o trabalho, poderemos cometer o equívoco de

atribuir a causa dos problemas psicológicos ou psicopatológicos desses trabalhadores a questões ligadas à vida afetivo-familiar. Daí a importância de ampliarmos a análise, não limitando-nos a apenas um lado ou dimensão do problema. Conforme bem expressa DEJOURS(1999):

*“Essa é uma das terríveis complexidades para analisar o impacto do trabalho em turnos sobre a saúde mental dos maquinistas. Não se pode isolar o trabalho em turnos como uma variável única, porque ele tem efeitos sobre o conjunto das relações entre trabalho e fora do trabalho. Para responder inteiramente a essa questão, eu teria de fornecer outros elementos clínicos, mas certamente, a fragilidade diante do trabalho em turnos não pode ser analisada em termos individuais. É preciso considerar a dinâmica **trabalho - fora do trabalho.**”*

Continuando a discussão sobre as relações entre saúde mental e trabalho, vemos que este ora é patogênico, ora é estruturante, no sentido de promoção da saúde, pois a falta de trabalho também provoca sofrimento psíquico, podendo levar à loucura.

Importante, ainda, a concepção dejouriana de *sofrimento psíquico* para a análise dos impactos do trabalho sobre a saúde mental. Para este autor, sempre há sofrimento, o que é possível é a transformação deste, não a sua eliminação. E com isso, outras noções devem se acrescentar para melhor compreendermos a questão: a noção de *defesa*, por exemplo, vai nos indicar as possibilidades de construção de estratégias coletivas de defesa, desenvolvidas especificamente e de forma coletiva diante das exigências reais do trabalho, além dos mecanismos de defesa clássicos da psicanálise.

Portanto, pensar a questão do trabalho na perspectiva do trabalhador é muito diferente (e porque não dizer, antagônico) de abordar esta questão na lógica do capital. Uma outra ética, assim, nos orienta, ao dirigirmos nosso olhar em direção aos sujeitos trabalhadores,

procurando compreender o lugar do trabalho no processo de construção de sua identidade subjetiva e social. E assim concluímos:

“Nossa intenção demarca uma ética na escolha do campo e a necessidade de se pensar a vida do ‘homem no trabalho’, não excluindo as relações sociais de produção e os ‘sujeitos destas relações’, o que sem dúvida diz respeito a um estudo de natureza interdisciplinar”. (CARVALHO, 1995)

2) Sócio- Economia Solidária, Autogestão e Autonomia

2.1) Sócio - Economia Solidária e Autogestão em movimento

Após termos indicado o nosso campo de interesse, procuraremos situá-lo em um contexto sócio - histórico, discorrendo, ainda que de forma breve, sobre o movimento (recente) de Autogestão e Sócioeconomia Solidária em nosso país.

Este movimento (*res*) nasce no Brasil, na década de 90, a partir de mobilizações dos trabalhadores pela defesa do trabalho, sendo seus primeiros militantes oriundos do movimento sindical (Sindicato dos Químicos de São Paulo/ Sindicato dos Sapateiros de Franca), e tendo como experiência pioneira já em 1992, a fábrica de calçados Markely, em Franca, no interior de São Paulo⁷. Nessa época foi negociado com os empresários a compra

⁷ Essa experiência é apontada como pioneira pelos historiadores do movimento de autogestão que deu origem à ANTEAG. No entanto, outras experiências antecederam a essa, como nos lembra SINGER (2000), em palestra “ A cooperativa é uma empresa socialista”, quando elege como “inventores da autogestão” e do “novo cooperativismo”, os trabalhadores da metalúrgica Wallig (fogões Wallig), em Porto Alegre. Segundo o autor, a Wallig quebrou em 1981, e os trabalhadores conseguiram ficar com a metalúrgica e a fundição em 84, reinventando o cooperativismo. Essa cooperativa sobrevive até hoje - é a COOPMEC. Importante ainda o que nos informa SINGER sobre a atitude desses trabalhadores, quando a família Wallig ,após conseguir transformar a falência em concordata, em 1989, criando possibilidade de emprego para os mesmos, esses responderam: “não aceitamos voltar a ser empregados”. Assim, deixaram as instalações para a família e continuaram como cooperativa, em Cachoeirinha, município vizinho de Porto Alegre. Essa experiência demonstra que nem sempre se troca um trabalho autônomo/cooperativo por um emprego assalariado, “de carteira assinada”; esses trabalhadores, poderíamos dizer, criaram novos valores, novas subjetividades/identidades.

do maquinário, buscando financiamento junto a órgãos governamentais⁸, com apoio técnico do DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio - Econômicos⁹.

“Foi a primeira empresa autogestionária a assumir o controle de forma organizada. Os trabalhadores tinham a empresa nas mãos e, como donos, precisavam agora pensar e estruturar a gestão(...) A Markely não sobreviveu às dificuldades, mas a partir de sua experiência começaram a surgir outras empresas e discussões coletivas, até que foi realizado o Primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão, com a participação de seis empresas. Nasceu, neste contexto, a ANTEAG_ Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão (fev/1994) , entre outras funções, para facilitar as negociações e reivindicações e representar as empresas junto aos órgãos públicos”...

(ANTEAG, 2000)

Hoje, passados mais de oito anos do nascimento formal dessa entidade, não há como negar a sua importância para as ações dos trabalhadores em torno da autogestão, o que, conforme SINGER (2000), *“marca profundamente a sua identidade”*. Assim, ao analisar o surgimento dessa Associação, SINGER (2000) ressalva a sua ligação com o chamado **novο sindicalismo** surgido na década de 1970, e que teve a *“ação autônoma como uma de suas marcas”*. Para o analista, *“pode-se dizer que a busca desta autonomia engendrou diferentes formas de ação, dentre elas um movimento, o da ‘empresa sem patrão’, no início*

⁸ *“Foi longa a corrida atrás de recursos nos corredores de órgãos governamentais, gabinete do governador e Banespa, pelos funcionários da Makerly até, finalmente, ser autorizado o financiamento”*(ANTEAG,2000)

⁹ Importante ressaltar, conforme nos informa SINGER (2002), que nessa época o DIEESE, entidade de apoio aos sindicatos, não só cedeu funcionário, contribuindo também com literatura sobre planos de participação dos empregados em capital acionário das empresas, nos EUA, onde recebem incentivos por lei. Segundo SINGER: *“Naquele momento, em São Paulo, não se conhecia qualquer modelo de passagem da posse duma empresa capitalista para as mãos de seus antigos empregados organizados em associação”*.

dos anos 1990. ”Interessante esta referência à questão da autonomia, o que contribui para a nossa reflexão em torno da possibilidade de criação de sujeitos autônomos e livres no processo de construção da autogestão e socioeconomia solidária.

O movimento sindical levantando a “bandeira” da autonomia e independência com relação ao Estado, aos partidos e aos patrões, numa busca de rompimento com um passado de “atrelamento” a estas instituições. O movimento da Autogestão, através da ANTEAG, apontando “*saídas autônomas*” da parte de trabalhadores em empresas em situação falimentar ou pré-falimentar, com apoio, mesmo que limitado, de sindicatos e do DIEESE. Cabe ressaltar que o apoio sindical foi algo bastante polemizado, havendo setores que se colocavam radicalmente contra as cooperativas, as empresas de autogestão, as iniciativas autônomas, enfim. O argumento contrário defendia que o movimento sindical deveria cumprir o seu papel de defesa dos trabalhadores assalariados, não estando os "sem-trabalho" ou os “precarizados” sob a direção sindical. Foi nesse espaço de confrontos entre diferentes tendências que surgiu a ANTEAG, com o apoio, é importante lembrar, de setores sindicais favoráveis ao movimento da autogestão como busca de saídas para o desemprego e a defesa de postos de trabalho.

Segundo Informativo “*Autogestão*”(dez/2000-jan/2001), a ANTEAG representava naquela época 160 projetos¹⁰, sendo 30.000 o total de empregos recriados - 59,8% na indústria de transformação; 20,4% no comércio e serviços; 15,2% agroindústria e agrícola; 4,6% em outros setores. Em palestra recente, durante III SEMINÁRIO INTERNACIONAL

¹⁰ Este dado se renova, em setembro/2001, durante IV Seminário Internacional da Rede Universitária das Américas em Estudos Cooperativos e Associativismo, promovido pela Universidade Federal do Paraná, em Curitiba. Segundo RedeINFORMA (Informativo Econômico da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares), a ANTEAG nesta ocasião contava com 260 empresas associadas reabilitadas pelos trabalhadores. Importante, ainda, comentarmos sobre a temática abordada pelo professor Paul Singer e por Derly de Carvalho (da ANTEAG), que defenderam a idéia de que só é possível pensarmos em grandes conquistas na luta pela autogestão no campo econômico com a consciência do significado que, em paralelo, tem a luta pela democracia no campo político. “*A alma da economia solidária é a autogestão e a alma da autogestão é a democracia*”, disse Paul Singer.(Rede INFORMA, 28/09/2001). Uma outra informação (Gazeta Mercantil, 17/09/2001) nos acrescenta dados quantitativos sobre a Autogestão no Brasil: “Autogestão emprega 32 mil pessoas”, com um faturamento anual de cerca de R\$ 331 milhões, aqui referindo-se a 223 empresas de autogestão, sendo 37 no setor metalúrgico e extração mineral; 31 em serviços (educação, turismo, etc); 27 em alimentação e produtos alimentícios; 26 em têxtil, confecções, malharias, etc; 25 em curtumes, artefatos de couro e calçados; 17 limpeza pública, reciclagem; 6 móveis e produtos de madeira; 5 artefatos; etc... Dessas empresas 4,3% estão no Nordeste; 1,1% no Norte; 75,3% no Sul; 19,3 no Sudeste do Brasil.

UNIVERSIDADE, TRABALHO E TRABALHADORES (10 a 14 de JUNHO/2002), Aparecido Faria, diretor da ANTEAG, aponta como desafio atual da entidade a “*transformação de comportamentos e atitudes*”, e que o trabalhador “*não apenas faça negócio, mas também se torne raivoso*”, no sentido da construção da democracia participativa e da solidariedade. Acrescenta, ainda, que é preciso ampliar o movimento, buscando o rompimento de fronteiras, principalmente na América Latina. Informa-nos sobre as perspectivas de realização do I Encontro Latino Americano das empresas metalúrgicas autogestionárias, na Argentina, enfatizando a importância do momento histórico em que vivemos. Nesse contexto, a elaboração de propostas se faz necessária, indicando-nos algumas pistas, como: criação de Ministério da Economia Solidária; Linha especial de crédito, por Bancos governamentais (como o BNDS), para a autogestão; recursos para educação dos trabalhadores referenciada nos princípios da autogestão, dentre outras.

A estas práticas no campo da autogestão, somam-se outras, vinculadas a diferentes entidades, sejam de trabalhadores ou religiosas, ou universitárias, cujas construções podemos buscar compreender na metáfora do *rizoma*¹¹ (GUATTARI,1981), que significa o entrelaçamento e proliferação de micro e pequenas experiências que ganham efeito de halo, “contaminando”, por assim dizer, o tecido social mais amplo.

Dessa forma, o movimento de autogestão vem se constituindo como um movimento cada vez mais amplo e em escala mundial, inserindo-se numa conjuntura de buscas de solução para os problemas gerados pela globalização excludente no que se refere ao mundo do trabalho.

No Brasil, este movimento se amplia e se fortalece com a participação de trabalhadores, visando a construção de uma nova realidade do trabalho, enfrentando o momento

¹¹ Ao sistematizar “os oito princípios” em “Pistas para uma esquizoanálise”, Guattari nos diz que a *esquizoanálise* “*não se trata (...) de uma nova receita psicológica ou psicossociológica, mas de uma prática micropolítica que só tomará sentido em relação a um gigantesco rizoma de revoluções moleculares, proliferando a partir de uma multidão de devires mutantes: devir mulher, devir criança, devir velho, devir animal, planta, cosmos, devir invisível...- tantas maneiras de inventar, de ‘maquinar’ novas sensibilidades, novas inteligências da existência, uma nova doçura*”.

desfavorável de desemprego, destruição de postos de trabalho, fechamento de fábricas. Mais recentemente, vemos a criação de REDES de Autogestão e Sócioeconomia Solidária, em níveis locais, regionais e nacional; sendo criada, em junho/2000, a **Rede Brasileira de Sócioeconomia Solidária**, durante o *Encontro Brasileiro de Cultura e Sócioeconomia Solidárias*, realizado entre os dias 11 e 18 de junho/2000, em *Mendes*, Rio de Janeiro. Em seu primeiro número (jan/2001), o Jornal desta Rede - O GIRASSOL, sintetiza princípios e concepções do movimento, referindo-se a um outro evento - *Encontro Latino-americano de Cultura e Sócioeconomia Solidárias* - realizado em *Porto Alegre*, Rio Grande do Sul, em 1998, como o passo inicial para a posterior criação da Rede Brasileira. Vemos nesta perspectiva que , segundo SINGER(2001), no Brasil¹², este movimento, atinge dimensões mais amplas, com apoio de igrejas, sindicatos, governos municipais e estaduais.

Uma **Rede Global de Sócioeconomia Solidária** é projetada , tendo como base as idéias expressas nos documentos elaborados durante os Encontros supracitados; sendo o seu lançamento preparado para ocorrer durante o evento internacional, que se realizou entre os dias 25 e 30 de janeiro de 2001, em Porto Alegre - RS, o FÓRUM SOCIAL MUNDIAL.¹³ Em 29 de janeiro de 2001 se concretiza o lançamento desta Rede Global, tendo por objetivo maior, expresso em documento elaborado nessa ocasião:

...“avançar na integração e no intercâmbio de informações, produtos, serviços e valores, contribuindo para a consolidação de todas as organizações de economia solidária que compartilhem destes princípios básicos, e para a elaboração coletiva de um novo

¹² -Por exemplo, no Rio Grande do Sul o governo adotou a economia solidária como uma das prioridades; em Belém, a Prefeitura capacita famílias do Programa Bolsa-Escola para a organização de cooperativas; em Minas./BH já existe um Ante-projeto de Lei propondo um Programa Municipal de Incentivo à Recuperação de Empresas sob o Controle Gestor dos Trabalhadores – Pró- Autogestão

¹³ Conforme documento do Fórum Social Mundial, este “será realizado todos os anos, a partir de 2001, simultaneamente ao Fórum Econômico Mundial, que ocorre em Davos, Suíça, sempre no final de janeiro. Esse Fórum Econômico tem cumprido, desde 1971, papel estratégico na formulação do pensamento dos que promovem e defendem as políticas neoliberais em todo o mundo. O espaço criado pelo Fórum Social Mundial estará voltado para formulação de alternativas, para a troca de experiências e para a construção de táticas e estratégias, entre ONGs (Organizações Não Governamentais), movimentos sociais, sindicatos, associações e entidades religiosas, em cada país e em nível continental e mundial”. Participamos do movimento de preparação deste megaevento, como pesquisadora (observação-participante) e sindicalista (participação-observante), contribuindo em vários momentos de debate e divulgação do mesmo; o que nos deixou ainda mais convencidos da importância de nossos estudos atuais.

paradigma sócioeconômico político e cultural fundado na solidariedade”

Neste cenário podemos observar já a clara delimitação de princípios e critérios que nortearão os chamados Empreendimentos de Autogestão, assim como as formas de participação nesta Rede Global:

a) que nos empreendimentos que venham a fazer parte desta rede não haja qualquer tipo de exploração do trabalho;

b) que se busque preservar o equilíbrio ecológico dos ecossistemas(respeitando-se todavia a transição de empreendimentos que ainda não sejam ecologicamente sustentáveis)

c) disponham-se a compartilhar significativas parcelas de seu excedente para a expansão da própria rede, viabilizando a organização de novos empreendimentos econômicos, remontando de maneira solidária e ecológica as cadeias produtivas, gerando postos de trabalho e distribuição de renda, com objetivo de garantir as condições econômicas para o exercício das liberdades públicas e privadas eticamente exercidas.

Conforme estudo e análise de MANCE (1999), este movimento se caracteriza como uma *REVOLUÇÃO DAS REDES*, em processo de criação pelos movimentos sociais, como “*uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*”. Nas palavras de MANCE(1999):

*“A idéia elementar de **rede** é bastante simples. Trata-se de uma articulação entre diversas unidades que, através de certas ligações, trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, e que podem se multiplicar em novas unidades, as quais, por sua vez, fortalecem todo o conjunto na medida em que são fortalecidas por ele, permitindo-lhe expandir-se em novas unidades ou manter-se em equilíbrio sustentável. Cada nóculo da rede representa uma*

unidade e cada fio um canal por onde essas unidades se articulam através de diversos fluxos.

*Um princípio básico dessa noção de rede é que ela funciona como um sistema aberto que se auto-reproduz, isto é, como um sistema **autopoiético**”...*

Segundo o *ponto de vista micropolítico* (ROLNIK,1989), estamos diante de um *processo de excessiva desterritorialização* (no nosso caso, dos trabalhadores), em que *velhos territórios* vão se desconstruindo(no sentido de “velhas identidades”), dando lugar à criação de *novos territórios*, o que afeta as diferentes dimensões do sujeito, instaurando um processo de desconstrução - construção de identidade e subjetividade nesse sujeito trabalhador.

Novas edições do Fórum Social Mundial realizam-se em 2002/2003 (Brasil/Porto Alegre) e 2004 (Índia), possibilitando o aprofundamento e a ampliação da reflexão e do debate em torno da questão da Socioeconomia Solidária e Autogestão, e em especial, da construção de **“uma comunidade internacional centrada nos valores da cooperação, da complementaridade, da reciprocidade e da solidariedade”**, conforme documento (FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 2002) elaborado por diversas entidades, que serviu de base para o Seminário Internacional sobre Economia Popular Solidária, realizado durante o Fórum Social Mundial 2002.¹⁴

Não aprofundaremos sobre este tema, importante sublinhar a dimensão instituinte desse movimento, abrindo novos espaços de debate e resistência contra a globalização excludente, neoliberal, fortemente marcada pelos valores *capitalísticos*,¹⁵ numa linguagem

¹⁴ Participaram desse Seminário representantes de vários países e organizações, como : Ministério do Trabalho e Solidariedade/ França; COLACOT/Colômbia; Via Campesina/Honduras; ADS/CUT/Brasil; Espanha, Senegal, México, outros...O eixo central abordado foi “Alternativa concreta de radicalização da democracia, desenvolvimento humano, solidário e sustentável”. Estivemos presentes nesse evento, podendo compartilhar de um momento de muita criatividade e esperança: “Um outro mundo é possível”.

¹⁵ Guattari cria este termo para designar não apenas as sociedades qualificadas como capitalistas, mas também setores do “Terceiro Mundo” ou do capitalismo “periférico”, assim como as antigas economias socialistas do leste europeu, todos vivendo numa espécie de dependência e contradependência do capitalismo. Tais sociedades, segundo Guattari, em nada se diferenciam do ponto de vista do modo de produção da subjetividade. Elas funcionam segundo uma mesma cartografia do desejo no campo social, uma mesma economia libidinal-política. O que caracteriza os modos de produção capitalísticos é que eles não funcionam unicamente no registro dos valores de troca, valores da ordem do capital, das semióticas monetárias ou dos modos de financiamento. Eles funcionam também através de um modo de controle da subjetivação, o que

guattariana, de competição, individualismo, posse, lucro, etc...”*Um outro mundo é possível*”, significando a possibilidade de criação de uma nova sociedade, calcada em princípios humanistas, solidários e autogestionários, em contraposição à lógica hegemônica do capital. A nossa ação se insere, portanto, nesse processo que busca construir alternativas de globalização não- capitalistas, no sentido das “*utopias concretas*”.

Após procurarmos contextualizar a socioeconomia solidária e a autogestão na história recente de retomada do movimento dos trabalhadores na busca de alternativas socioproductivas à ordem do capital, abordaremos, mesmo que de forma breve, a questão da autonomia, como princípio geral da construção da autogestão.

2.2) A Autonomia e a Autogestão - Breves considerações

Partindo da noção de que a autogestão se realiza com a implementação no cotidiano do empreendimento do “*princípio geral da autonomia*”, conforme estudo de CARVALHO & PIRES (2001), retomado em artigo recente “*Construção da Utopia*”¹⁶ por CARVALHO (2002) , é importante que se articule o significado de autonomia e de autogestão na *praxis*

Guattari chamaria de “*cultura de equivalência*”. Desse ponto de vista o capital funciona de modo complementar à cultura enquanto conceito de equivalência: o capital ocupa-se da sujeição econômica, e a cultura, da sujeição subjetiva. Nas palavras de Guattari (1981): “*É a própria essência do lucro capitalista que não se reduz ao campo da mais-valia econômica: ela está também na tomada de poder da subjetividade*”. Estas questão foi abordada por nós no tópico sobre o ponto de vista do institucionalismo/esquizoanálise.

¹⁶ Artigo publicado pelo Jornal Estado de Minas, Caderno Pensar, 08/06/2002, por ocasião da realização do III SEMINÁRIO UNIVERSIDADE, TRABALHO E TRABALHADORES, realizado pela Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho- UNITRABALHO - /MG e NESTH/UFMG, em Belo Horizonte, Campus UFMG, Brasil. O eixo central foi “TRANSFORMAÇÕES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO MUNDO DO TRABALHO - AUTONOMIA E AUTOGESTÃO”, abordando três momentos fundamentais: Cenários, Impactos e alternativas. A discussão em torno da temática envolveu acadêmicos/pesquisadores, trabalhadores militantes de sindicatos, cooperativas e outros, trabalhadores do serviço público, etc. Para conclusão de nossos estudos a contribuição desse Seminário foi essencial, trazendo-nos experiências e questões que convergem com nossas preocupações. Faremos referência ao mesmo em outras partes do presente trabalho.

da socioeconomia solidária, como processos de construção de sujeitos livres, criadores das próprias leis, capazes de controlar a gestão/organização do trabalho no qual se inserem¹⁷.

Retomando a etimologia grega da palavra autonomia - *autós* (por si mesmo) e *nomia* (lei, norma) - em sua raiz significando, pois, capacidade de autonormação, estendida à autogestão e autoavaliação. A partir daí, podemos abordar o seu contrário - a heteronomia; há então uma constante relação entre esses dois fenômenos, e, conforme já discutimos em outra parte do presente texto, não existe nem autonomia, nem heteronomia completas. Este é um processo em andamento desde que nascemos, sendo a conquista da autonomia uma luta que se realiza no decorrer de toda a história de vida, tanto individual quanto coletiva.

Nos empreendimentos de autogestão, a questão da autonomia é colocada de várias formas, desde a “autonomia decisória” com relação às responsabilidades da produção e da gestão da empresa, até às questões referentes à criação de regras em torno da organização do processo de trabalho. A partir daí, podemos compreender a autogestão como busca da autonomia - a autonomia como *um princípio central para se pensar a praxis da autogestão*.

Tomando MORIN (1996) como referência, temos, ainda, que a noção de autonomia, concebida numa perspectiva da complexidade, não determinista, mas que busca as inter-relações e conexões entre os fenômenos,

“não se relaciona com a antiga noção de liberdade, que era de algum modo, imaterial e desligada das restrições e contingências

¹⁷ Para o institucionalismo, conforme BAREMBLITT (1992), a autogestão se articula e ocorre simultaneamente ao processo de auto-análise. Isto porque a auto-análise, para as comunidades/ coletivos, significa a produção de um saber, do conhecimento acerca dos seus problemas, de suas condições de vida, suas necessidades, suas demandas, etc, e também de seus recursos. Para que a auto-análise seja assim praticada as comunidades têm de organizar-se - “construir um dispositivo no seio do qual esta produção seja possível (...) não pode haver uma organização sem um saber; não pode haver um saber sem uma organização. São dois processos diferenciados, mas eles são concomitantes, simultâneos, articulados”. Importante, ainda, a referência à questão da hierarquia nos processos de autogestão/auto-análise: “(...) existirão hierarquias, existirão gerências. Mas a existência de hierarquias não implica diferença de poder; não equivale à autarquia ou arbitrariedade na capacidade de decidir. Implica apenas uma certa especialização de algumas tarefas, porque estes dispositivos estão feitos de tal maneira que as decisões de fundo são tomadas coletivamente(...) Existem hierarquias em matéria de potência, peculiaridades e capacidade de produzir; mas não há hierarquias de poder, ou seja, a capacidade de impor a vontade de um sobre o outro.” (BAREMBLITT, 1992)

físicas. Pelo contrário, essa é uma noção estreitamente ligada a de dependência, e a de dependência é inseparável da noção de auto-organização (...) paradoxo da auto-organização. A auto-organização significa obviamente autonomia, mas um sistema auto-organizador é um sistema que deve trabalhar para construir e reconstruir sua autonomia e que, portanto, dilapida energia(...) é necessário que esse sistema extraia energia do exterior; isto é, para ser autônomo, é necessário depender do mundo externo(...) esta dependência não é só energética mas também informativa, pois o ser vivo extrai informação do mundo a fim de organizar seu comportamento. Mais ainda toma a organização do mundo exterior (...). Na autonomia, pois, há uma profunda dependência energética, informática e organizativa do mundo exterior.”

Partindo dessas considerações MORIN (1996) conclui propondo a noção de **auto-eco-organização**, enfatizando que a auto-organização é dependente: “*E, claro está, sabemos que depende de nosso meio ambiente, seja biológico, meteorológico, sociológico ou cultural.*” A autonomia, portanto, mais que auto-organização, se caracterizaria por ser **auto-eco-organização**.

Importante para nossas pesquisas estas considerações que articulam a noção de autonomia à dependência do meio ambiente, como auto-eco-organização. Nesta medida, o saber acadêmico se articula com os empreendimentos, cabendo-nos contribuir no sentido de propiciar a criação de espaços de reflexão e produção de novos conhecimentos voltados para a implementação da autogestão e da construção da autonomia dos sujeitos-trabalhadores . Sabermos possibilitar o confronto de diferentes saberes, alcançando a **síntese cultural**, como nos ensinava FREIRE (1987/1998) ao elaborar a Pedagogia do Oprimido e a Pedagogia da Autonomia.¹⁸

¹⁸ Esta questão é também abordada por BAREMBLITT(1992) ao se referir à relação entre o saber dos *experts* e os coletivos em processo de auto-análise / autogestão. Assim nos diz que os *experts* devem submeter seu saber a uma profunda autocrítica, separando o que pode ser útil a esses coletivos, em que os segmentos dominados e explorados são os protagonistas. Chama a atenção, ainda, que essa autocrítica não pode ser

Ao mesmo tempo, na criação de Redes e Complexos de Socioeconomia Solidária e Autogestão, esta *dinâmica de interdependência* se evidencia, apontando-nos o desafio de articularmos noções aparentemente desconectadas.

Passemos, pois, ao levantamento dos estudos e pesquisas no campo da socioeconomia solidária e autogestão, buscando conhecer as experiências fundamentais para a nossa reflexão sobre os processos identitários e a construção de novos valores, referenciados em princípios de solidariedade, cooperação e autonomia.

2.3) Estudos e Pesquisas no campo em discussão

Estudos, pesquisas e projetos de ação se estruturaram nesse movimento, envolvendo entidades sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) que criou a *Agência de Desenvolvimento Solidário*, dez/1999, buscando parcerias nacionais e internacionais, dentre as quais se encontra a **UNITRABALHO - REDE Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho** - hoje composta por cerca de 80 universidades no Brasil.

Ainda na tentativa de delinear em termos da configuração de um campo da Socio - Economia Solidária, no Brasil, um grande estudo foi desenvolvido e se encontra em andamento no sentido de detectar as *“Tendências e Significados da Economia Solidária no Brasil* (1999/2001). Este projeto da UNITRABALHO partiu de uma demanda da CUT (Central Única dos Trabalhadores), representando desta forma os anseios da maior central sindical do mundo em conhecer estas novas configurações socioprodutivas. Para além do trabalho assalariado e heterogestivo –

“mediante identificação e análise de um conjunto expressivo de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), situados nas distintas regiões do território nacional. De um lado, a fim de aferir

realizada nas academias ou no “seio de suas torres de marfim”. Os experts têm que entrar em contato direto com esses movimentos autogestivos e autoanalíticos e assim poderão “reformular, aprendendo e ensinando seu saber e sua eficiência nessa nova e inédita situação.”(BAREMBLITT,1992)

as reais características desses empreendimentos , particularmente no que diz respeito ao seu fundamento solidário; de outro, no sentido de alimentar a reflexão sobre o sentido e o alcance da economia solidária, do ponto de vista de sua compreensão teórica, orientada para o discernimento de seu significado e suas virtualidades, e da formulação de estratégias de atuação” (Termo de referência. Projeto de Pesquisa: Significado e Tendências da Economia Solidária no Brasil .UNITRABALHO-CUT,1999)

Este projeto já nos aponta uma realidade em construção pelos trabalhadores, acenando para a necessidade de uma maior articulação entre esses empreendimentos, em forma de rede de trocas de produtos, serviços e saberes; sendo levantada como uma das dificuldades “*conciliar desenvolvimento humano com a lógica do mercado*”, quando a atividade econômica não é a finalidade do empreendimento, mas sim o meio de se atingir o desenvolvimento humano.

Em estudo recente sobre “*práticas associativas da economia solidária e laço social*”, KEMP (2001) procura abordar a dimensão psicossocial dessas experiências , aproximando-se de nossas preocupações. Assim, constata – se

“existência de poucas análises que enfocam a maneira como os trabalhadores, envolvidos nas práticas associativas da economia solidária, se inserem no concreto cotidiano dessas experiências. Parte-se do pressuposto de que as alterações provocadas pelas práticas associativas da economia solidária não significam somente modificações nos processos produtivos, mas são, talvez antes de tudo, maneiras de reconstituição do laço social e das identidades sócio-profissionais, bem como de novas formas de regulação do laço social estabelecida a partir do surgimento de um novo contrato social”(KEMP, 2001).

Dessa forma, este estudo nos aponta as profundas mudanças, que a inserção ativa no processo de construção das práticas associativas provoca, abordando a questão da produção de novos sentidos pelos sujeitos, “*essenciais para se reposicionarem nesta nova realidade de trabalho e de vida*”. Aqui é importante a diferenciação que se estabelece, referenciando-se em HABERMAS (1987), entre a “*produção de um sentido meramente ‘instrumental’, no qual os modelos anteriores ainda sobrevivem*” e a produção de um sentido ‘substantivo’, “*no qual a possibilidade de problematização coletiva e de diálogo leve à reconfiguração do modus operandi do grupo, permitindo enfrentar as contradições e conflitos gerados pelo processo de transformação*”.

Nesta perspectiva, encontra-se diferentes formas de engajamento no projeto de economia solidária: numa primeira, como “*forma de sobrevivência imediata, tomando-o como ‘bico’, enquanto excluídos do mercado de trabalho*”; numa segunda, “*ao dotar a nova realidade com um sentido substantivo, o ator social poderá problematizar e negociar a melhor forma de organizar o trabalho, tornando-se agente de um projeto de transformação*”.

Esta diferenciação nos ajudará na análise dos processos de construção identitária no campo da autogestão e socioeconomia solidária, indicando-nos a possibilidade de diferentes processos identitários, na medida em que existem diferentes formas de engajamento dos trabalhadores no projeto em construção. Além disso, esta pesquisa aborda uma questão, que para nossos estudos é fundamental, ou seja, a possibilidade de reconstituição do laço social e das identidades socio-profissionais, que a economia autogestionária e solidária favorece, não significando modificações apenas nos processos produtivos. Para além do econômico, como já abordamos na introdução desta dissertação, uma abordagem multidimensional, com ênfase na perspectiva psicossocial.

3) Compreensão praxiológica dos processos em andamento: o *sentido vivido* da experiência de construção da autogestão, autonomia e solidariedade - análise das categorias propriamente ditas

A metodologia adotada foi desenvolvida por CARVALHO (1996), propondo a análise das falas no extrato discursivo, procurando-se estabelecer e relevar as categorias a partir do *vivido* expresso pelos próprios sujeitos. Assim, num primeiro momento, o levantamento destas categorias surgirá dentro de uma configuração da importância dada pelo sujeito no seu discurso. As categorias são elencadas dentro do universo referencial analítico do campo teórico em questão. Desta forma, busca-se investigar/captar o sentido dos processos vividos expressos na direção da temática em estudo - trabalho, identidade e autogestão. Importante, ainda, sublinhar que as categorias foram levantadas a partir do material colhido através das conversas “ao pé da máquina” e entrevistas (semi-estruturadas) individuais, indicando “*temas geradores*” para o trabalho em grupos (Oficinas de Autogestão – OAG’s), quando procurou-se aprofundar a reflexão e o debate em torno das mesmas. Desta forma, na análise das categorias considerou-se tanto as falas colhidas individualmente, como em momentos de diálogo entre os trabalhadores, durante as OAG’s.

A análise da organização autogestionária - processo de construção da autogestão/autonomia - a partir das categorias levantadas nos aponta **mudanças em processos identitários**, revelando-nos a dificuldade de assunção de processos autônomos para sujeitos que vêm de experiências heterônomas, produtoras de indivíduos heterônomos, conformados aos ideais da “*cultura da empresa*”.

Indica-nos, também, a multiplicidade de processos identitários na construção da autogestão e socioeconomia solidária. Não há como nos referirmos a um processo homogêneo de construção identitária e subjetiva nos empreendimentos em estudo. Esta é uma questão importante, pois nos indicará a pluralidade identitária que caracteriza os processos em andamento, o que nos aponta para os diferentes modos de inserção na experiência autogestionária, às diferentes maneiras de identificação com os ideais do cooperativismo e da autogestão.

Referenciando-nos em ENRIQUEZ (1994), não poderíamos dizer que existe uma *identidade coletiva forte*, no sentido de uma identificação cega/massiva aos ideais do cooperativismo e da autogestão, o que consideramos muito positivo para a construção de

sujeitos autônomos. Como nos diz ENRIQUEZ (1994): “quanto mais a identidade coletiva existe, menos o questionamento é possível e menos os indivíduos podem tentar aceder à autonomia”. Ainda discutindo essa problemática, o autor diferencia sujeito e indivíduo, estando este último do lado da massificação, “obtida pelo apego às identidades coletivas”. Assim, opõe indivíduo individualizado ¹⁹ao sujeito humano: “O sujeito humano é aquele que tenta sair tanto da clausura social quanto da clausura psíquica, bem como da tranquilização narcísica, para se abrir ao mundo e para tentar transformá-lo.”

Ainda tomamos como referência a análise, proposta por GUATTARI (1986), dos processos de singularização ou autonomização. Para este autor, a produção da *subjetividade capitalística* em escala planetária, choca-se com práticas de resistência consideráveis, processos de diferenciação permanente, também chamados *revolução molecular*. O que vai caracterizar um processo de singularização (durante certa época chamado “*experiência de grupo sujeito*”) é que ele seja automodelador. Importante sublinhar aqui, o que GUATTARI elabora sobre a *revolução molecular*, buscando articulação com a concepção de *sujeitos livres e autônomos*, conforme desenvolvida por ENRIQUEZ (1994).

Assim se expressa o autor:

“ A idéia de revolução molecular diz respeito sincronicamente a todos os níveis: infrapessoais (o que está em jogo no sonho, na criação, etc); pessoais (por exemplo, as relações de autodominação, aquilo que os psicanalistas chamam de Superego); e interpessoais (a invenção de novas formas de sociabilidade na vida doméstica, amorosa, profissional, na relação com a vizinhança, com a escola, etc).”

A partir daí cita exemplos como as rádios livres, o questionamento da vida cotidiana, as reações de recusa ao trabalho em sua forma atual (e aqui lembremos dos processos de autogestão e socioeconomia solidária), apontando-os como “*vírus contaminando o corpo social em sua relação com o consumo, com a produção, com o lazer, com os meios de*

¹⁹ Importante a diferença que ENRIQUEZ faz entre indivíduo individualizado (preso na massificação pelo apego às identidades coletivas) e individuado (individuação estando do lado da constituição do sujeito).

comunicação, com a cultura, e por aí fora. São revoluções moleculares criando mutações na subjetividade consciente e inconsciente dos indivíduos e dos grupos sociais.” (GUATTARI,1986).

Partindo, então, destas reflexões nas perspectivas psicossociológica e institucionalista, passemos à análise das categorias elencadas conforme metodologia já descrita

3.1) “Chão de fábrica” X Administração : a problemática entre a “produção” e a “gestão”

Em geral, quando os cooperados se referem aos trabalhadores da produção dizem “*chão de fábrica*”, e assim também utilizaremos algumas vezes esta expressão. Quanto aos trabalhadores da administração, além daqueles que se dedicam às tarefas administrativas, incluímos também a diretoria do empreendimento (presidente, diretor administrativo, financeiro, comercial). Constata-se esse distanciamento entre os dois “grupos” tanto nas falas dos trabalhadores do chão de fábrica, como da administração.

Freqüentemente, chão de fábrica e diretoria utilizam expressões como “nós” para se referir ao próprio “grupo” e “eles” para se referir ao outro “grupo”. Essa polarização parece ser articulada pela dinâmica *saber gestivo x saber operativo*, numa tentativa de superação para a construção de um novo saber, ou seja, o saber “**co-labor-ativo**”. Assim sendo, o saber operativo é partilhado e circula livremente no chão de fábrica, fato este demonstrado quando muitos cooperados se referem à cooperativa como uma escola, onde todos têm oportunidade de aprender caldeiraria, por exemplo.

Ao perguntarmos a um cooperado como foi o processo de aprendizado na Cooperativa, obtivemos como resposta:

“O pessoal ajudou bem. Eu perguntava alguma coisa, o pessoal chegava e discutia. Porque em muito emprego fichado, se você fizer alguma coisa errada é motivo para advertência. Aqui o pessoal foi

insistindo até eu pegar jeito. Esse negócio de cooperativismo eu acho muito importante.”

Já o saber gestivo parece supor um poder que se sobrepõe, em muitos depoimentos analisados, ao saber operativo. Um dos membros da diretoria proferiu a seguinte frase ao se referir ao pessoal do chão de fábrica: *“eles não tem essa visão que a gente tem aqui”*... Como se a visão que a gente tem aqui (visão da diretoria) se revestisse de algo da ordem do justo/do certo, enfim, de uma **“supervisão”** - uma “visão de cima”, o que se manifesta inclusive na arquitetura , estando as máquinas/ o “ chão de fábrica em baixo”, e o administrativo/escritório “em cima”. Temos assim a reprodução no processo de trabalho da tipificação taylorista da OCT (Organização Científica do Trabalho), ou seja, da divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual - entre os que pensam e os que executam.

Nas OAG's esta questão também foi abordada, evidenciando-se dificuldades de diálogo não apenas entre os dois “grupos”, mas também entre os trabalhadores tanto da produção como da administração, como nos diz um trabalhador: *“Tinha um grupo no chão de fábrica que ganhava muito dinheiro e o resto não ganhava. O pessoal já estava ficando revoltado. Eu não saí daqui porque ainda tenho esperanças, a gente não é bobo, não trabalha de graça”*. Este não é um problema específico de uma Cooperativa, o que podemos constatar na experiência da ANTEAG, que inclusive elaborou o curso - MBA REGIONAL -buscando com este , segundo suas palavras: *“ avançar no sentido da construção de uma gestão autogestionada das empresas, pois não basta o que está posto até o momento, ou seja, a propriedade coletiva dos meios de produção e a criação formal de instâncias de participação e decisão, a exemplo da Assembléia Geral e do Conselho de Administração. É necessário enfrentar o grande desafio de, numa empresa complexa do setor industrial, introduzir novas formas estruturais de organização da produção, novos mecanismos, também estruturais, de participação e decisão coletivas, enfim, **que se caminhe para a diminuição da distância, até que termine, entre aqueles que decidem e aqueles que obedecem, aqueles que pensam e aqueles que executam. Que a autogestão deixe de ser retórica e se torne concreta”**...* (AUTOGESTÃO, n.4, out/nov./2000, grifo nosso).

A ANTEAG tem problematizado, ainda, a necessidade de mudança inclusive da arquitetura interna da fábrica:

“Todos vêm de uma realidade empresarial anterior e herdam, subjetiva e objetivamente, o aspecto ideológico, o comportamento anterior de submissão, de ordem, de hierarquia, de mando. Muitas vezes herdam a arquitetura interna da fábrica. A arquitetura está o tempo todo indicando o lugar de quem manda e o lugar de quem obedece.(...)Tudo isso tem que ser mexido. O layout da fábrica é uma forma de dominação e de submissão dos trabalhadores”...(ANTEAG, 2000)

Importante termos esta dimensão coletiva dos problemas enfrentados pelos trabalhadores na construção de práticas autogestionárias e cooperativistas, rompendo com o isolamento que a visão individualista dos mesmos produz. Como nos aponta a análise da ANTEAG, a diminuição (ou o término) desse distanciamento entre os trabalhadores cooperados que administram ou dirigem e os que produzem no chão de fábrica demanda a criação/invenção de novas formas de produzir e decidir coletivamente.

Esta questão nos remete a uma outra categoria que analisaremos a seguir - Cooperativismo e União, sendo constatado que, apesar do desejo ser de união, existem ainda muitos conflitos e problemas a serem enfrentados, para que se alcance a cooperação, a solidariedade e a autonomia entre esses “novos trabalhadores”.

3.2) Cooperativismo e União

Cooperativa muitas vezes é definida como “*união, união de forças*”. Definição esta que revela o desejo de trabalho em conjunto, no sentido de “**co-labor-ação**” e a busca de um objetivo em comum, como podemos constatar nas falas seguintes:

- “Eu acho que cooperativa é todo mundo, as pessoas, todo mundo tá à procura de uma melhora geral, pra todo mundo, e que todo

mundo procurando cada um colocar a sua parte de cooperativismo.”

- “(...) Deixar o pessoal que não fala , falar também.(...) Nós temos que ser unidos. E sem união não conseguimos chegar a lugar nenhum. Entramos na Cooperativa no escuro, sem crédito, sem meta. A claridade foi conquistada com tempo, com parceria. A gente só vai sair quando tiver união, solidariedade. A gente não pode deixar a Cooperativa apagar.”

- Hoje surgiu uma palavra que estava enterrada - UNIÃO. Mas não é qualquer união, mas sim até mesmo uma cumplicidade”...

- “(...)Eu tô contra. Eu acho que tem uma união bonita aqui na Cooperativa. Eu acho que aqui tem união.

- “Antes quando tinha alguns caldeireiros aqui que queriam era ver o negócio bem desunido”.

Numa entrevista individual, assim responde o cooperado (diretor) à pergunta “Se você tivesse que fazer uma definição de cooperativa, como você definiria. O que é uma Cooperativa?”:

- “Cooperativa é realmente a reunião de pessoas com um objetivo comum de produzir e de ganhar”.

A partir destes extratos discursivos, podemos captar o sentido atribuído à cooperativa por esses trabalhadores. Assim ao tentarem definir cooperativa, expressam valores que nos lembram os princípios do cooperativismo e da autogestão, indicando-nos o desejo de vivência de formas de organização econômica e de sociabilidade não capitalistas. Poderíamos dizer que existe aí uma tentativa de rompimento com práticas competitivas, de “tirar vantagem pessoal”, ou como diz um dos sujeitos da pesquisa, práticas *‘individualistas, em que impera o egoísmo, e isso é muito ruim porque o ambiente de trabalho tinha que ser mais aberto’*.

A ênfase colocada na expressão *“todo mundo”* nos indica a construção de novas formas de sociabilidade, de processos identitários referenciados em novos valores, que se opõem aos

valores hegemônicos, que poderíamos chamar, numa linguagem guattariana, de **valores capitalísticos**. Lembremos o que nos diz GUATTARI (1986) sobre os processos de singularização/autonomização e o rompimento com mecanismos de interiorização dos valores capitalísticos : “*O que eu estou chamando de processos de singularização é algo que frustra esses mecanismos de interiorização dos valores capitalísticos, algo que pode conduzir à afirmação de valores num registro particular, independentemente das escalas de valor que nos cercam e espreitam de todos os lados.*”

Nessa perspectiva, é importante aprofundarmos um pouco mais sobre o valor atribuído à confiança entre os cooperados, tomando esta no sentido desenvolvido por CAILLÉ (1994), como base para se pensar o laço social. Segundo o autor, a confiança não tem nada a ver com o homem econômico, com a racionalidade econômica, sendo que o “*homo economicus*” determina suas escolhas independente do outro, “*o outro é exterior, indiferente.*” Assim, para CAILLÉ não se trata apenas de uma solução econômica, mas de uma solução sustentada na moral e na ética.²⁰ Interessante é que os trabalhadores nos dizem também sobre isto, como podemos depreender durante as OAG’s (Oficinas de Autogestão):

- “*Nós estamos muito individualistas. A gente só conhece a pessoa quando vai na casa dela, porque **você vê** as coisas dela, mas no trabalho o que impera é o egoísmo, e isso é muito ruim porque o ambiente de trabalho tinha que ser mais aberto*”.(grifo nosso)
- “*É bom abrir o coração pro outro, ser mais unido.*”

²⁰ A reflexão em torno dessa questão proposta por CAILLÉ (op.cit.1994), nos remete à FREIRE (1998) ao sistematizar a Pedagogia da Autonomia, referindo-se à **ética universal do ser humano** em oposição à **ética do mercado**. Assim diz o educador brasileiro: “*Quando (...) falo da ética universal do ser humano estou falando da **ética enquanto marca da natureza humana, enquanto algo absolutamente indispensável à convivência humana.** (...) falo da ética universal do ser humano da mesma forma como falo de sua vocação ontológica para o ser mais, como falo de sua natureza constituindo-se social e historicamente não como um ‘a priori’ da História. A natureza que a ontologia cuida se gesta socialmente na História.(...)Quer dizer, mais do que um ser no mundo, o ser humano se tornou uma Presença no mundo, com o mundo e com os outros. Presença que, reconhecendo a outra presença como um ‘não-eu’ se reconhece como ‘si-própria’. Presença que se pensa a si mesma, que se sabe presença, que intervém, que transforma, que fala do que faz mas também do que sonha, que constata, compara , avalia, valora, que decide, que rompe. E é no domínio da decisão, da avaliação, da liberdade, da ruptura, da opção, que se instaura a necessidade da ética e se impõe a responsabilidade. A ética se torna inevitável e sua transgressão possível é um desvalor, jamais uma virtude.*” (grifo nosso)

- “O que eu entendi é a confiança na pessoa. E dá prá entender que cada um aqui depende do outro, a união e a confiança primeiro.”

21

Estas questões são essenciais para nossa investigação sobre os processos identitários que se constroem em configurações socioprodutivas autogestionárias e solidárias. *Para além da sustentabilidade econômica*, interessa-nos abordar a *sustentabilidade psicossocial ou socio-psicológica* de tais experiências, discutindo e participando com os trabalhadores desses processos de construção de *novos padrões de sociabilidade* (SOUZA SANTOS 2002), ou, se assim poderíamos dizer, referenciando-nos ainda em FREIRE (1998), de uma *ética universal do ser humano/ ética da solidariedade* em oposição à *ética do mercado/ ética do lucro*.

Nesta direção também a perspectiva da “*hermenêutica das emergências*” (SOUZA SANTOS, 2002), torna-se imprescindível como uma proposta de análise e crítica dessas experiências alternativas que procura *ampliar e desenvolver as características emancipatórias* das mesmas , tornando-as mais visíveis e credíveis. Busca-se, enfim, “*fortalecer as alternativas, e não propriamente diminuir o seu potencial*”, concluindo que, nesse sentido, “*o alcance das iniciativas é tal que transforma de maneira considerável os padrões de sociabilidade e os resultados econômicos (...) estas experiências guardam, de fato, a promessa de transformações em maior escala na direção de formas de sociabilidade e organização econômica não capitalistas*”.

Lembremos, ainda, o que problematiza GUATTARI (1986) ao se referir às revoluções moleculares e aos processos de reapropriação da subjetividade. Poderíamos considerar os movimentos de (socio)economia solidária e autogestão como micro-revoluções , como processos de singularização, em que se “*pode subverter a modelização da subjetividade*”. Continuando a reflexão sobre esses processos de singularização/autonomização GUATTARI (1986) nos diz que um traço comum entre esses diferentes processos é um “*dever diferencial que recusa a subjetivação capitalística*”. Nesse sentido, ocorre um

processo de reapropriação da subjetividade, quando se cria condições para a *produção de um novo tipo de subjetividade*, que se singulariza e que encontra as vias de sua especificação. Necessário construir um outra lógica, diferente da lógica habitual ; criando “*seus próprios modos de referência, suas próprias cartografias (...) inventar sua práxis de modo a fazer brechas no sistema de subjetividade dominante*”.(GUATTARI,1986)

Finalmente, lembramos que, nesse processo de transformações, a união não é algo que se conquista de imediato e sem conflitos. Pelo contrário, como nos diz ENRIQUEZ (1997), “*a cooperação nasce da expressão e do tratamento dos conflitos.*” Uma cooperativa, portanto, não é um grupo homogêneo, em que prevalece a harmonia; e, como na perspectiva do Grupo Operativo, o grupo não pode perder de vista o seu projeto - a sua tarefa, procurando-se trabalhar os conflitos em função da realização de seu objetivo.

Em um outro estudo - Vida psíquica e organização- ENRIQUEZ (2000) vai se referir à perspectiva cooperativista, abordando também esta problemática da ilusão ou idealização de uma felicidade e união plena dos cooperados. Assim nos diz: “*O grupo ou a organização solicita o nosso desejo de ideal pessoal, que se confunde com o ideal dos outros. A felicidade da organização passa pela felicidade dos sujeitos que a compõem. O imaginário subjacente é aquele da comunhão, se não da fusão; em todos os casos, da obsessão da plenitude.*” Para nossa análise isto é crucial, apontando-nos para os riscos de uma “visão idílica”, ou mesmo “angelical” da vida organizacional na perspectiva cooperativista. O desejo de união não significa, portanto, ausência de conflitos; devendo esses serem tratados para a construção da democracia e da solidariedade nas experiências de autogestão e socioeconomia solidária.

3.3) Trabalho cooperativo, liberdade e responsabilidade

Curiosamente, em todos as entrevistas feitas, trabalhar na Cooperativa significa ter mais liberdade e responsabilidade:

- *“Porque aqui a gente assim, tem mais liberdade, você até atua com mais liberdade né, igual lá, numa empresa você tem que seguir aquelas normas, às vezes você tem que fazer uma coisa que você sabe que está errado, mas você tem que, é norma da empresa. E na cooperativa não, te dá mais liberdade, você acha que, aqui eu já mudei muita coisa que eu acho que deveria ser e eu tenho o apoio”...*

- *“(...) trabalhar em cooperativa é liberdade, é ser livre.”*

- *“O que mudou? Minha vida toda. Eu acho que, primeiro, a oportunidade que você tem de crescimento, que eu acho que, a partir da hora que você toma alguma coisa para a sua responsabilidade, o crescimento é enorme. Isso se a gente realmente tomar como responsabilidade(...) Pessoalmente, eu tenho que ser muito mais responsável na minha forma de trabalhar, porque quando a gente tem patrão é aquela coisa muito paternal, você espera do patrão, espera do governo, espera de todo mundo e quando você toma a decisão de se responsabilizar por uma cooperativa, por um negócio, o crescimento é enorme”...*

Os trabalhadores falam por nós, nos dizem e nos ensinam sobre o que significa trabalhar numa organização cooperativa, em que deixam de ser assalariados, transformando-se em proprietários dos meios de produção, tendo o controle da gestão do próprio trabalho. Lembremos aqui que não deixam de ser trabalhadores, naquela concepção que nega a condição de patrão aos cooperados, já que procura-se, nessa nova condição, romper com a exploração da mais valia, tanto econômica, como política. Dizer que os trabalhadores são patrões de si mesmo, é o mesmo que dizer que são exploradores de si mesmo, caracterizando um processo de auto-exploração.

Não aprofundaremos a discussão sobre diferentes concepções de liberdade, interessa-nos sublinhar que é uma categoria presente na experiência desses trabalhadores, significando para os mesmos maiores possibilidades de auto-organização do trabalho e de intercâmbio

de saberes, vinculando-se à noção de auto-responsabilidade e rompimento com práticas de submissão e paternalismo. Retomaremos o tema ao abordarmos a questão da autonomia e heteronomia.

3.4) Dinheiro e Lucro

Esta é outra categoria que se apresenta em todos os depoimentos, sem exceção: *“Têm as dificuldades financeiras né, muito, porque a gente começou a cooperativa sem capital”*. Sempre que surgem dificuldades financeiras, os cooperados recorrem à diretoria buscando uma solução para o problema: *“É porque às vezes a gente não tem a quem recorrer a não ser aqui. O pessoal pede adiantamento fora de hora e na época que eu precisei foi pouco mas não foi negado não. E eles puseram no vale para descontar”*. A diretoria, mesmo ressaltando que essa atitude é negativa, adota uma postura paternalista e acata todas as situações. O lucro, dentro da perspectiva capitalista, muitas vezes, é colocado como uma das metas da cooperativa: *“..a meta da cooperativa é administrar o lucro pois até agora só foi prejuízo”*; ou, *“a função social da cooperativa é a participação nos lucros.”*

Esta é uma questão apontada como um dos desafios do movimento de autogestão em momentos vários de reflexão e debate. Na verdade, o que está em foco é a transformação de mecanismos de interiorização dos valores capitalísticos em processos de singularização/autonomização, em que se busca a produção de novos valores relativos à igualdade e à solidariedade nas relações de trabalho, apontando para uma outra sustentabilidade.

Assim, apesar de convivermos com a hegemonia da economia capitalista, sabemos que esta não significa a subordinação total de todas as relações sociais à lógica do capital. Estamos inseridos em uma sociedade contraditória, sendo a emergência do novo sempre possível. É necessário, portanto, que o movimento procure mostrar a possibilidade de criação de formas democráticas de organização do trabalho e da produção, realizando em seu cotidiano os princípios do cooperativismo e da autogestão.

A partir dessa perspectiva, podemos discutir uma outra categoria, também significativa nas práticas de construção da autogestão e do cooperativismo, que é a relação entre cooperativa e mercado.

3.5) Cooperativa e Mercado

Destacamos aqui o debate que se tem desenvolvido, no campo da sociologia e da economia, sobre as possibilidades de construção de um mercado não - capitalista, centrado nos valores socialistas da igualdade e da solidariedade, em oposição ao individualismo e à competição que caracterizam o mercado capitalista. Não aprofundaremos na contraposição de diferentes autores e pensamentos, interessa-nos apontar o que para nós é essencial nessa discussão, numa tentativa de compreensão da nova realidade dos trabalhadores, sujeitos de nossas pesquisas.

Segundo SOUZA SANTOS (2002),

“é possível, então, fazer reformas radicais no regime de propriedade e em outras instituições, de modo que os mercados facilitem a concretização de objetivos socialistas. Exige-se, em especial, que as empresas sejam propriedade dos trabalhadores, ou seja, que funcionem como cooperativas de trabalhadores. Face aos conhecidos efeitos igualitários e democráticos das cooperativas (...) um mercado no qual predominem as cooperativas e seja regido por regras básicas de redistribuição da riqueza (sem que isso signifique um retorno ao planejamento econômico que aniquile o mercado), pode, de acordo com este modelo, promover simultaneamente a igualdade, a solidariedade e a liberdade”²²

Podemos, então, observar em experiências de construção de cooperativas/empreendimentos solidários uma postura inicial ainda regida pelas noções capitalistas de mercado, colocando-

²² Nesse momento SOUZA SANTOS (2002) cita PIERSON, C. (1995) *Socialism after Communism. The New Market Socialism*. University Park: State University Press. Além desse autor cita LE GRAND, J. & ESTRIN, S. (orgs) (1989) *Market Socialism*. Nova York: Oxford University Press. Segundo esses últimos, na leitura de SOUZA SANTOS , “a afirmação fundamental do socialismo de mercado é que a forma viável e adequada de perseguir os fins socialistas de solidariedade e igualdade é uma combinação entre mecanismos de mercado e planejamento econômico, na qual o mercado tenha papel preponderante. Segundo esta perspectiva, não existe uma relação necessária entre mercado e capitalismo. O mercado é um mecanismo (o mais eficiente que conhecemos) de coordenação das decisões econômicas descentralizadas. Por si próprio o mercado não gera inevitavelmente os níveis de desigualdade e alienação que caracterizam o capitalismo. Tais efeitos são próprios, de acordo com os defensores desse modelo, dos mercados capitalistas e não dos mercados em geral.”

se individualmente nesse jogo competitivo, como podemos constatar nas falas do diretor-presidente:

- (...) “*é necessário mudar a cara da nossa cooperativa para ter competitividade no mercado*”....

- (...) “*necessário construir uma nova estratégia no mercado*”...

Além de se manifestar através das falas essa postura “capitalística” frente ao mercado, aparece também em atitudes referentes ao processo de trabalho, como a contratação de serviços de administração e representação comercial visando o “*reconhecimento da Cooperativa no mercado*”, conforme visão dos diretores.

No decorrer pesquisa-ação **junto com** trabalhadores, buscou-se a construção de novas posturas e visões sobre as relações com mercado. Assim, procurou-se fortalecer a articulação de Cooperativas/Empreendimentos Solidários com o movimento de autogestão e socioeconomia solidária, propondo-se a inserção destes no Núcleo Sindical de Apoio às Empresas Autogestionárias do ramo metalúrgico, e, mais recentemente, participando do projeto da ADS/CUT de criação de Complexos Cooperativos²³. Dessa forma, caminha-se no sentido proposto pela experiência bem sucedida de Mondragón/ País Vasco, criando-se redes de apoio e coordenação das cooperativas, o que vem favorecer uma nova relação com o mercado capitalista, quando o enfrentamento deixa de ser individual, transformando-se numa articulação solidária entre os empreendimentos dos trabalhadores. Lembremos, aqui, o que nos diz FREIRE (1998) sobre a *ética universal do ser humano/ da solidariedade* em oposição à *ética do mercado/ do lucro*. Uma nova ética, portanto, construindo-se nessa nova realidade de **trabalho co-labor-ativo**.

4) Autonomia - Heteronomia - Liberdade

²³ Em 03 e 04 de agosto/2002 foi realizado o SEMINÁRIO DE SENSIBILIZAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL SOLIDÁRIO, coordenado pela ADS/CUT de Minas Gerais, objetivando iniciar a discussão e implementação do projeto dessa entidade junto ao ramo metalúrgico. Estivemos presentes nesse evento, como participantes e debatedores, o que nos deixou bastante “sensibilizados” com a possibilidade de construção dessa rede/complexo do ramo metalúrgico.

Há uma reclamação constante, tanto em situações individuais como coletivas, por parte de um número considerável de trabalhadores, em relação às faltas e atrasos que, segundo os mesmos, comprometem seriamente o processo produtivo e a qualidade do produto final. Muitos apontam a necessidade de um controle maior dos horários e presenças.²⁴ Muitas vezes, o diretor-presidente, assume o lugar do controle, como observamos durante uma Assembléia Geral, em que o presidente, após se referir às questões da disciplina e responsabilidade, diz que se for preciso, ele chamará a atenção dos cooperados, já que, conforme suas palavras, “há alguns que voam, frequentemente”, e que ele irá, portanto, “policar os voadores”.

Introduzimos com estas questões do controle, da disciplina e da responsabilidade (termos extraídos das falas dos trabalhadores), uma categoria teórica - **Relação entre autonomia e heteronomia** - na tentativa de concluir, mesmo que provisoriamente, a presente análise de experiências vividas por trabalhadores em busca da autogestão, do trabalho co-labor-ativo. Conforme já discutimos em seções anteriores deste artigo, referenciando-nos em MORIN (1996), existe uma relação de interdependência entre autonomia e meio ambiente (biológico, meteorológico, sociológico ou cultural), o que amplia a noção de autonomia como **auto-eco-organização**. Podemos articular esta noção ao que nos diz ENRIQUEZ (1994), citando CASTORIADIS, sobre a impossibilidade de uma autonomia ou heteronomia completas : “Assim, se os processos psicogenéticos pressupõem, então, os processos sociais, como sublinha CASTORIADIS, esses últimos nunca regulam completamente a conduta individual, sempre imprevisível, ainda mais porque não são desprovidos de ambiguidade, de ambivalência e de contradição”...

²⁴ Importante registrar aqui a experiência dos trabalhadores da Wallig, sobre a abolição do relógio de ponto, como uma primeira ação do movimento. Segundo SINGER (2000), esses “inventores da autogestão” no Brasil, ao abolirem o relógio de ponto, queriam dizer: “ninguém mais vai bater relógio de ponto, nós vamos ser responsáveis, mutuamente, para dar o horário de trabalho que a gente se dá, porque, senão, quem der menos está explorando os seus próprios companheiros”. Além disso, continua SINGER, “no momento seguinte, redefiniram o papel dos mestres, que continuaram na sua função, mas sem mandar mais. Transformaram-se em coordenadores, instituíram uma assembléia geral para saber o que fariam com as sobras, enfim, construíram uma outra história”.

Lembremos, com o relato dessa experiência vitoriosa, que o fundamental é que os sujeitos trabalhadores, apropriando-se dos meios de produção, e, assumindo a gestão do processo de trabalho definam, coletiva e democraticamente, a melhor forma de se organizarem, realizando assim a **auto-eco-organização**.

Portanto, nas palavras de ENRIQUEZ: *“A autonomia não se opõe (...) como um bloco à heteronomia. A autonomia é um processo sem fim e uma conquista”*.

A partir dessas considerações, interessa-nos discutir esse processo de autonomização/singularização do sujeito, e aqui lembremos GUATTARI (1986), quando nos diz sobre o rompimento com mecanismos de interiorização dos valores capitalísticos e o processo de reapropriação da subjetividade, criando condições para a *produção de um novo tipo de subjetividade*.

A experiência de **construção do trabalho co-labor-ativo e da autonomia dos trabalhadores** não se constitui, pois, em um processo linear, sem conflitos e contradições. Exige o rompimento com práticas heterônomas, ou, numa outra linguagem, práticas paternalistas e autoritárias, em que o outro decide por mim, em que normas e valores devem ser interiorizados, sem possibilidade de reflexão e crítica.

Como nos aponta nossas investigações, há certa dificuldade de assunção da autonomia, o que não quer dizer que esse processo de autonomização não esteja em andamento uma vez que se busca a realização dos princípios cooperativistas e autogestivos, que não são heterônomos.

Tomemos, ainda, como referência para análise desse fenômeno - a dificuldade de assunção de processos autônomos por trabalhadores vindos de experiências heterônomas e inseridos em uma “cultura da submissão”- as reflexões de Enriquez(1999) acerca da fragilidade do desejo de autonomia em oposição à facilidade com que a obediência, ou, nas palavras de LA BOÉTIE (1999), a “*servidão voluntária*” é exercida. Assim questiona ENRIQUEZ (1999) : *“Por que a obediência é tão fácil, a servidão voluntária tão frequente, enquanto a revolta se revela tão difícil e o desejo de autonomia tão frágil?”*

São questões muito antigas, hoje tão presentes em nossas investigações acerca das possibilidades de criação de um “*outro mundo*”, calcado no “*princípio geral da autonomia e da solidariedade*”. Desde “O Discurso da Servidão Voluntária ou O Contra Um”(LA BOÉTIE, 1999), texto editado pela primeira vez em 1853, que LA BOÉTIE, já indagava sobre esse estranho “desejo de servir”, pois para ele o natural é a liberdade. Deixemos, pois, que essas indagações de LA BOÉTIE falem por nós, no intuito de tentarmos resgatar nesses sujeitos trabalhadores, nos quais nos incluímos, o desejo de liberdade, no sentido de realização da *auto-eco-organização*. Nas palavras de LA BOÉTIE:

*“Mas em verdade de nada serve debater se a liberdade é natural, pois não se pode manter alguém em servidão sem mal-fazer e nada há mais contrário ao mundo que a injúria, posto que a natureza é completamente razoável. Portanto, resta à liberdade ser natural do mesmo modo que, no meu entender, nascemos não somente de posse de nossa franquia mas também com afeição para defendê-la. Ora, se por acaso temos alguma dúvida a respeito e abastardamos tanto que não podemos reconhecer nossos bens assim como nossas nativas afeições, será preciso que eu vos faça a honra que é vossa e , por assim dizer, alce os bichos brutos ao púlpito para ensinar-vos vossa natureza e condição. Os bichos - valha-me Deus! - se os homens não se fizerem de surdos, grita-lhes: viva a liberdade! Entre eles há vários que morrem logo que são capturados, como o peixe que abandona a vida ao mesmo tempo que a água(...) Os outros, dos maiores aos menorzinhos, quando são capturados resistem tanto com as unhas, os chifres, o bico e os pés que declaram o quanto prezam o que perdem(...) continuam vivendo mais para lamentar sua liberdade perdida do que para se comprazer na servidão.(...) Em suma, se todas as coisas que têm sentimento, assim que os têm, sentem o mal da sujeição e procuram a liberdade; se os bichos sempre feitos para o serviço do homem só conseguem acostumar-se a servir com o protesto de um desejo contrário - que mal encontro foi esse que pôde desnaturar tanto o homem, o único nascido de verdade para viver francamente, e fazê-lo perder a lembrança de seu primeiro ser e o desejo de retomá-lo?
“*

Nessa perspectiva, chegamos à conclusão que, conforme CASTELLS(1999), estamos diante de um processo de construção de **identidade(s) de resistência**, no sentido de que os

atores, sujeitos da autogestão e socioeconomia solidária, se encontram em posições/condições desvalorizadas pela lógica da dominação (ou numa linguagem freiriana, antagônicas à lógica dominante), *“construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos”...*

Importante, ainda, para nossas conclusões, a articulação de nossas questões com três dentre as nove teses desenvolvidas por SOUZA SANTOS (2002), que se referem às temáticas:

- **PARA ALÉM DO ECONÔMICO (Tese 1)**
- **ARTICULAÇÃO EM REDE (Tese 2)**
- **DEMOCRACIA PARTICIPATIVA (Tese 5)**

Estas teses se formularam a partir de dez estudos de casos, numa perspectiva comparada, em países da semiperiferia e da periferia (África do Sul, Brasil, Colômbia, Índia, Moçambique e Portugal), tendo como objetivo comum a análise dos casos *“com vista a aumentar o potencial emancipatório das experiências estudadas.”* , na perspectiva da *“hermenêutica das emergências”*, como proposta de análise das experiências econômicas não capitalistas, procurando *“fortalecer as alternativas, e não propriamente diminuir o seu potencial”*.

Deixemos, pois, que as teses elaboradas por SOUZA SANTOS falem por nós:

Tese 1: *As alternativas de produção não são apenas econômicas: o seu potencial emancipatório e as suas perspectivas de êxito dependem, em boa medida, da integração que consigam entre processos de transformação econômica e processos culturais, sociais e políticos;*

Tese 2 : *O êxito das alternativas de produção depende de sua inserção em redes de colaboração e de apoio mútuo;*

Tese 5 : *A radicalização da democracia participativa e da democracia econômica são duas faces da mesma moeda.*

Nossas conclusões se convergem - para além do econômico, o projeto em construção de produção alternativa se articula a dinâmicas não-econômicas, como educativas, culturais, sociais, afetivas, políticas, etc. Podemos estabelecer, aqui, uma interlocução com a perspectiva de análise desenvolvida por CARVALHO (2001) , abordando as dimensões jurídico-econômica, político-administrativa e a psicossocial , enfatizando sempre a interdependência e complementaridade entre elas. Assim, nos inserimos numa perspectiva do pensamento complexo (MORIN, 1999), buscando construir uma análise inter/transdisciplinar do fenômeno em estudo. Concretizando, então, nossas idéias, o importante é que não limitemos nossa práxis ao âmbito da atividade econômica (ou se assim poderíamos dizer, relativa à produção material), mas sim, que busquemos articulá-la às atividades não-econômicas (relativas à produção de vínculos sociais, educação , cultura, política,etc). E, aqui, insere-se as Oficinas de Autogestão como facilitadoras desse processo de produção de novos padrões de sociabilidade, de reapropriação da subjetividade e conquista da autonomia e liberdade desse sujeito trabalhador. Nessa direção, lembremos, ainda, nossas reflexões, a partir de DEJOURS (1999), sobre as relações de interdependência entre trabalho e fora do trabalho, quando nos chama atenção para a impossibilidade de fazermos uma separação/distinção entre esses dois campos da existência, tanto do ponto de vista psicológico, como do sociológico, demonstrando as conexões entre trabalho e família. E, aqui, ninguém melhor para nos dizer sobre essas relações do que o próprio trabalhador, que assim se manifestou durante uma Oficina de Autogestão (importante lembrar que o tema surgiu espontaneamente, não como proposta da coordenação):

“ Esse ítem trabalho e família é muito importante, principalmente quando se trata de cooperativa, não só do ponto de vista financeiro, mas também cultural. Na cooperativa há vários tipos de crescimento: econômico, social, político, profissional. O crescimento profissional talvez seja mais importante do que

dinheiro. Quem não tirar proveito dessa reunião (o grupo) ou do trabalho, tá perdendo. Quando mudamos de empregado para cooperativa teve muito crescimento. Eu acho que vocês deveriam trabalhar esse assunto de forma mais exaustiva mesmo”...

Vale, ainda, citar um outro trabalhador, que nos evidencia o quanto o projeto de cooperativa e autogestão vai além do econômico ao dizer que a sua permanência na Cooperativa deve-se a uma vontade de vê-la crescer, concretizando-se assim sonhos pessoais, projetos. Para ele, propostas em empresas heterogeridas são frequentes, sendo que ele nos diz que não deixa a cooperativa, imbuído da certeza de que deve investir mais nesse modelo, conhecer mais, para que não se arrependa depois. Assim expressa o seu desejo de saber/conhecimento e de contribuir para o crescimento do empreendimento como projeto, e não apenas como forma de geração de renda : *“O que eu quero, agora, é conhecer sobre a cooperativa, isso é muito importante prá Cooperativa crescer”...*

Esta discussão nos remete a uma outra abordada por ANTUNES (1999), ao tratar a temática dos sentidos do trabalho, reafirmando a centralidade do trabalho como fundante do ser social, como protoforma da práxis social. Assim nos aponta as inter-relações entre o mundo do trabalho e o mundo das artes, da religião e da política, em que se realiza *“a interação entre seres sociais, como práxis interativa e intersubjetiva, mas que se constituem como complexos que ocorrem a partir do trabalho em sua forma primeira”* Importante esta abordagem, quando ANTUNES (1999) nos esclarece que essas outras esferas da vida social, *“de sentido interativo, mostram-se como um prolongamento complexificado (e não puramente derivativo) da atividade laborativa.”*

Introduz, assim a temática das relações entre trabalho e liberdade, com a qual concluímos as nossas reflexões sobre trabalho autogestionário e processos identitários, naquele sentido de construção de uma práxis que busca a emancipação/libertação/autonomização dos sujeitos trabalhadores inseridos no projeto de autogestão e socioeconomia solidária.

Com as palavras de ANTUNES, finalizamos, provisoriamente,²⁵ nosso trabalho de elaboração em torno do tema ***Trabalho e identidade em novas configurações socioprodutivas: Autogestão, Autonomia e Solidariedade em construção:***

“Dizer que uma vida cheia de sentido encontra na esfera do trabalho seu primeiro momento de realização é totalmente diferente de dizer que uma vida cheia de sentido se resume exclusivamente ao trabalho, o que seria completo absurdo. Na busca de uma vida cheia de sentido, a arte, a poesia, a pintura, a literatura, a música, o momento de criação, o tempo de liberdade, têm um significado muito especial. Se o trabalho se torna autodeterminado, autônomo e livre, e por isso dotado sentido, será também (e decisivamente) por meio da arte, da poesia, da pintura, da literatura, da música, do uso autônomo do tempo livre e da liberdade que o ser social poderá se humanizar e se emancipar em seu sentido mais profundo.”

Nesta perspectiva pensamos ser os movimentos de autogestão e socioeconomia solidária, para além de uma saída à crise do capital, uma viabilidade para uma nova sociabilidade humana, ou seja, que não pode ser outra, a da ***criação de sujeitos humanos autônomos e livres.***

5) Referências Bibliográficas

ANTEAG. (2000) *AUTOGESTÃO: construindo uma nova cultura nas relações de trabalho.* Anteag, São Paulo.

²⁵ Provisório tanto no sentido da concepção de pesquisa, já expressa por nós, como processo em espiral cujo produto é sempre provisório, capaz de dar origem a novas interrogações; como no sentido, em especial, da continuidade desta ação - investigativa, em nível de doutoramento, procurando aprofundar a questão da sustentabilidade psicossocial do movimento de autogestão e socioeconomia solidária.

ANTEAG.(2001)ANTEAG E AUTOGESTÃO[on line]
<<http://www.anteag.org.br/autogestao.asp>>

Jornal da ANTEAG. (Out./Nov./2000). AUTOGESTÃO, N. 4
_____. (Dez de 2000/Janeiro de 2001). AUTOGESTÃO, N. 5

ANTUNES, R.. (2000)*os do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a
negação do trabalho*. Boitempo Editorial, São Paulo.

BAREMBLITT, G. (1992). *Compêndio de Análise Institucional e outras
correntes*. Ed. Rosa dos Tempos, RJ.

CAILLÉ, Alain. (1994) A qui se fier? *Confiance, interaction et théorie des jeux*. In La
Revue du M.^aU.S.S., n. 4, 2^o sem/94. La Découverte/M.^aU.S.S., Paris. (Livre tradução por
Ricardo A A de Carvalho, Mestrado de Psicologia/UFMG).

CARVALHO, Ricardo Augusto Alves de. (1995) *Saúde mental e Trabalho: um novo
(velho) campo para a questão da subjetividade*. In *Sofrimento Psíquico nas organizações:
saúde mental e trabalho*. Wanderley Codo & José Jackson Coelho Sampaio (Orgs.). Vozes,
Petrópolis/ RJ.

_____. (1996) *Les nouvelles technologies de gestion et la mobilization
de la subjetivité dans une industrie au Brésil* . Presses Universitaires du Septentrion, Paris.

_____. (2000) *Em busca do Método: Contribuições para um novo
paradigma científico*. ANPEPP.

_____ & Pires, S. Drummont . (2001) *A Autonomia e a Autogestão:
apontamentos teórico-metodológicos sobre a práxis em empreendimentos da economia*

social solidária. NESTH/ Grupo de Pesquisa Autogestão e Processos Psicossociais/UFMG, BH.

_____. (2001) Reconfiguração de perfis entre os processos de inserção, “desinserção” e reinserção dos (novos) sujeitos trabalhadores. In *Globalização, Trabalho e Desemprego - um enfoque internacional*. Carlos Roberto Horta & Ricardo Augusto Alves de Carvalho (Orgs). C/ Arte, NESTH/UNITRABALHO-UFMG, Belo Horizonte.

_____. (2002) *Construção da utopia*. Jornal Estado de Minas/, 08 de junho, Belo Horizonte. Caderno Pensar.

_____. (2003) *Sustentabilidade: princípios*. In **A Outra Economia**. Antônio David Cattani. Ed. Veraz, Porto Alegre.

_____ & TRAJANO, Ana Rita C. (2003) *Trabalho, Globalização e Desenvolvimento Sustentável: um enfoque psicossocial das transformações no mundo do trabalho*. In **Psicologia Social e Direitos Humanos**. ABRAPSO, Ed. Campo Social, BH.

CASTELLS, Manuel. (1999) *O poder da identidade*. Paz e Terra, SP (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v.2)

CIAMPA, Antônio. (1984) *Identidade*. In *Psicologia Social: o homem em movimento*. Brasiliense, SP.

CODO, Wanderley (Org.). (1995) *Sofrimento Psíquico nas organizações: saúde mental e trabalho*. Vozes, Petrópolis/ RJ.

_____(Coord.). (1999) *Educação: carinho e trabalho*. Vozes, RJ;
Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação/ UNB, Laboratório
de Psicologia do Trabalho, Brasília.

COSTA, Jurandir Freire. (1989) *Psicanálise e Contexto Cultural*. Ed.Campos, RJ.

DEJOURS, Christophe. (1992) *A loucura do Trabalho: estudo de Psicopatologia do Trabalho*. -5.ed.- Cortez/Oboré, São Paulo.

_____. (1994) *Psicodinâmica do Trabalho: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. Atlas, São Paulo.

_____. (1999) *Conferências Brasileiras: Identidade, reconhecimento e transgressão no trabalho*. Edições Fundap: EAESP/FGV, São Paulo.

ENCONTRO BRASILEIRO DE CULTURA E SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIAS. 2000, Mendes/Rio de Janeiro. *Carta de Mendes*. In *Jornal O Girassol*, ano 1, n.1, jan/2001, RJ.

ENRIQUEZ, Eugène.(1994) *A interioridade está acabando?* In *PSICOSSOCIOLOGIA*. Marília Novais Mata Machado et al.(Orgs.) , Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro.

_____.(1994) *O vínculo Grupal*. In *PSICOSSOCIOLOGIA*, op. cit.

_____.(1994)*O papel do sujeito humano na dinâmica social*. In *PSICOSSOCIOLOGIA*, op. cit.

_____. (1997) *A Organização em Análise*. Vozes, Petrópolis, RJ.

_____.(1999) *Perda do Trabalho, Perda da Identidade*. In *Relações de Trabalho Contemporâneas* . Maria Regina Nabuco & Antônio Carvalho Neto (Orgs.). PUC-Minas/ IRT, Belo Horizonte

_____. (1999) *Da Horda ao Estado : psicanálise do vínculo social*. Jorge Zahar Editor, RJ.

_____. (2000) *Vida Psíquica e Organização*. In *Vida psíquica e Organização*. Fernando C. Prestes Motta & Maria Ester de Freitas (Orgs). Editora FGV, Rio de Janeiro.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL: Um outro mundo é possível.(2002) *Economia Popular Solidária*. ANTEAG, CARITAS BRASILEIRA e outros. Porto Alegre.

FREIRE, PAULO. (1987) *Pedagogia do Oprimido*.- 17 ed.- Paz e Terra, RJ.

_____. (1998) *Pedagogia da Autonomia*. - 9 ed.- Paz e Terra, SP

FREUD, Sigmund. (1976) *Psicologia de grupo e análise do ego* (1921).Imago, Rio de Janeiro. p. 89-179. (Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, 28)

GUATTARI, Félix. (1981) *Revolução Molecular: Pulsações políticas do desejo*. Brasiliense, São Paulo.

_____.(1986) *Micropolítica: cartografias do desejo*. Vozes, Petrópolis,RJ.

HABERMAS, Jurgen. (1987) A Nova Intransparência. *Novos Estudos CEPRAP*, n.18, set.1987. (citado por KEMP, 2001)

HALL, Stuart. (2000) *A identidade cultural na pós-modernidade*.- 4.ed. - DP&A editora, Rio de Janeiro.

JACQUES, Maria da Graça. (1997) *Identidade e Trabalho*. In *Trabalho e Tecnologia-dicionário crítico*. Antônio David Cattani (org.) . Vozes, Petrópolis, RJ.

LA BOÉTIE, Etienne de .(1999) *Discurso da Servidão Voluntária*. Trad. Laymert Garcia dos Santos. Comentários: Claude Lefort, Pierre Clastres e Marilena Chauí. Brasiliense, São Paulo.

KEMP, Valéria Heloísa. (2001) *Práticas associativas da economia solidária e laço social*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/ Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. S.Paulo. Tese de Doutorado.

LIMA, Maria Elizabeth Antunes.(1996) *A Pesquisa em Saúde Mental e Trabalho*. In Trabalho, Organizações e Cultura, Ed. Cooperativa de Autores Associados.

_____ et al. (Orgs.) (1998) *L.E.R.: Dimensões ergonômicas e Psicossociais*. Livraria e Editora Health, Belo Horizonte.

MANCE, Euclides André. (1999) *A Revolução das Redes: A colaboração solidária como uma alternativa à globalização atual*. Vozes, Petrópolis/ RJ.

MELLO, Sylvia Leser & SATO, Leny (1998) Entrevista: Sylvia Leser de Mello (realizada por Leny Sato).In Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, USP/Centro de Psicologia Aplicada ao Trabalho, v.1, n.1, São Paulo.

MORIN, Edgar. (1996) *A noção de Sujeito*. In Novos Paradigmas - Cultura e Subjetividade. Ed. Artes Médicas, Porto Alegre.

GIRASSOL.(2001) *Jornal da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária*. Rio de Janeiro, ano1, n.1, jan./ 2001.

ROLNIK, Suely.(1989) *Cartografia Sentimental: Transformações contemporâneas do desejo*. Estação Liberdade, São Paulo.

III SEMINÁRIO INTERNACIONAL UNIVERSIDADE, TRABALHO E TRABALHADORES: Transformações, Desafios e Perspectivas no Mundo do Trabalho – Autonomia e Autogestão. (10 a 14 de junho/2002). FAFICH/NESTH/UFMG; UNITRABALHO/MG, Belo Horizonte. (folder/anotações pessoais)

SINGER, Paul..(2001) *Fórum Social Mundial*. Jornal Econômico. Disponível na Internet. < <http://www.redesol.com.br>>

_____. (2000) *A cooperativa é uma empresa socialista*. In *Sindicalismo & Cooperativismo: a economia solidária em debate/transformações no mundo do trabalho*. UNITRABALHO/ COPPE/UFRJ, RJ.

_____.(2000) *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. Contexto, São Paulo.

SOUZA SANTOS, Boaventura.(1999) *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*.- 5 ed.- Cortez, SP.

_____. (org.) (2002) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

_____. (2002) *Democracia Participativa*. In *FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 2002*, Porto Alegre. (Notas de Palestra).

TRAJANO, Ana Rita C. (1988) Reflexões sobre Educação Popular. *Psicologia e Sociedade*, Revista da ABRAPSO, Ano III, n. 5, 180-188,set/1988.

_____. (2002) *Trabalho e Identidade em novas configurações socioproductivas: autogestão, autonomia e solidariedade em construção*. UFMG/FAFICH- Mestrado de Psicologia. (Dissertação)

_____. (2003) *Identidade e Trabalho Autogestionário*. In **A outra Economia**. Antônio David Cattani (Org.). Ed. Veraz, Porto Alegre.

UNITRABALHO. (1999) *Integrar Cooperativas*. UNITRABALHO/CUT, RJ.

_____.(2000) *Construindo os nós da Rede UNITRABALHO*. UNITRABALHO, São Luís/Maranhão.

_____. (2000) São Paulo. *Projeto de Pesquisa: Significado e Tendências da Economia Solidária no Brasil*. UNITRABALHO (instituição resp. pelo Projeto)/CUT (instituição parceira). (Termo de Referência da Segunda Etapa).

_____. (2000) Belo Horizonte/FAFICH/UFMG . *Relatório Parcial/ Minas Gerais: Significado e Tendências da Economia Solidária no Brasil*. Disponível na Internet. < unitramg @ fafich. ufmg.br> ou < nesth @ fafich. ufmg.br >.

